



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ELIZABETH QUINTELA NOBRE

**“DEIXE SINAIS DE LUTA, DEIXE SINAIS DE TRIUNFO, E DEIXE SINAIS”: UMA
ANÁLISE SOBRE A (IN)VISIBILIDADE DA HISTÓRIA DE MULHERES
LÉSBICAS**

MIRACEMA DO TOCANTINS, TO

2025

Elizabeth Quintela Nobre

**“Deixe sinais de luta, deixe sinais de triunfo, e deixe sinais”: Uma análise sobre a
(in)visibilidade da história de mulheres lésbicas**

Monografia apresentada à banca de qualificação do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins, para obtenção de nota e finalização da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II.

Orientador: Prof. Dr. Igor do Carmo Santos.

Miracema do Tocantins, TO
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

N754◆

Nobre, Elizabeth Quintela.

“Deixe sinais de luta, deixe sinais de triunfo, e deixe sinais”:: Uma análise sobre a (in)visibilidade da história de mulheres lésbicas. / Elizabeth Quintela Nobre. – Miracema, TO, 2026.

62 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Psicologia, 2026.

Orientador: Igor do Carmo Santos

1. Lésbicas. 2. Lesbocídio. 3. Saúde. 4. Invisibilidade. I. Título

CDD 150

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ELIZABETH QUINTELA NOBRE

“DEIXE SINAIS DE LUTA, DEIXE SINAIS DE TRIUNFO, E DEIXE SINAIS”:
UMA ANÁLISE SOBRE A (IN)VISIBILIDADE DA HISTÓRIA DE MULHERES
LÉSBICAS

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema, Curso de Psicologia. Foi avaliado para a obtenção do título de bacharel e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: ____/____/____

Banca examinadora:

Prof. Dr. Igor do Carmo Santos, Orientador, UFT

Profa. Dra. Ingrid Karla da Nóbrega Beserra, Examinadora, UFT

Profa. Dra. Karen Priscila Lima dos Anjos, Examinadora, UNIFESSPA

Dedico esta monografia a cada mulher lésbica que, munida de coragem e desobediência, caminha por esta terra. Dedico também a minha versão de 12 anos que apostou na possibilidade de que deveria haver mais na vida do que sentir medo. Porque há. Para uma lésbica, sempre deve haver.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Igor Santos, que verdadeiramente se engaja nos trabalhos que se propõe a orientar. Sua empolgação e acolhimento tornam o processo da escrita muito mais fácil.

Agradeço aos meus pais por terem me apoiado não somente durante a graduação, mas por durante toda minha vida sempre incentivarem a mim e minhas irmãs a buscarmos caminhos que nos disseram não serem alcançáveis.

Agradeço a minha família de escolha, Nicole e Ana Caroline, por me ensinarem que ser uma mulher que ama mulheres não precisa, e nem deve ser, solitário. E às outras pessoas que se tornaram minha rede de apoio em Miracema: Bryan, Alessandra, Tales e João.

Dedico um agradecimento do fundo do meu coração a minhas amigas do ensino médio, Victória e Nath, que me ensinaram a me enxergar com carinho quando eu ainda tinha tanto medo. São parte do motivo de eu estar onde estou hoje. Prometo carregar vocês comigo para sempre, independente de quais caminhos seguirmos.

Agradeço a minha namorada, Maísa, pelo apoio e por me mostrar a cada dia a beleza em ser uma lésbica que ama e cuida de outra lésbica.

Agradeço a tantas pessoas, que unicamente por se importarem, deram suporte a mim e a minha família para que minha graduação fosse possível. Nós estávamos em um momento tão delicado que nos perguntávamos se realmente seria possível. E foi, graças a cada que estendeu a mão. Verdadeiramente, eu digo: obrigada.

Agradeço aos meus professores, aos servidores terceirizados e a cada pessoa que faz parte da Universidade e integra de alguma forma ao seu funcionamento.

E, por fim, agradeço a mim, por preferir ser expulsa de qualquer entorno social a contar uma mentira.

IX

Seu silêncio de hoje é um poço onde vivem submersas
coisas que eu quero ver alçadas, pingando ao sol.
Não é meu próprio rosto que vejo ali, mas outros rostos,
até mesmo o seu rosto em outra idade.
O que quer que esteja perdido ali é necessário a ambas —
um relógio de ouro velho, um gráfico de febre borrado,
uma chave. . . Mesmo os seixos e o lodo do fundo
merecem seu lampejo de percepção. Temo esse silêncio,
essa vida inarticulada. Espero
um vento suave que abra esse lençol d'água
finalmente, e me mostre o que fazer
por você, que tantas vezes tornou o inomeável
nomeável para outros, até para mim.

Adrienne Rich, 1976.

RESUMO

O presente trabalho contém um caráter qualitativo, sendo configurado como uma pesquisa documental, e caracteriza-se por lançar o olhar sobre a temática das trajetórias históricas de lésbicas pelo Brasil, sob análise dos dispositivos de controle e aniquilação dessas mulheres ao longo do processo de construção de suas subjetividades. A análise parte, majoritariamente, de teóricas lésbicas como Adrienne Rich (2021); Yuderkys Miñoso (2022) e Navarro-Swain (2004); além das contribuições de Valeska Zanello (2018) e Foucault (1979) acerca dos dispositivos. Ao lançar mão da leitura de uma historiadora que questiona os regimes da heterossexualidade compulsória proposto por Rich, o estudo utiliza das noções de Swain para questionar o apagamento da existência de mulheres lésbicas ao debruçar-se pelos caminhos percorridos por feministas lésbicas no Brasil desde a década de 1970. Propõe-se também, para além do apagamento dos arquivos sobre a lesbianidade, a elencar o lesbocídio como uma categoria de domínio e controle aos corpos e histórias de mulheres lésbicas. Por fim, a pesquisa resgata o movimento do Norte e Cerrado brasileiro para apontar as formas como a resistência lésbica ergue-se atualmente no cenário político. A partir desta mapeação, é possível observar como ambos os processos, de opressão e resistência, têm ganhado novas formas na vida de mulheres lésbicas, que frequentemente carecem de acesso à segurança, saúde, redes de apoio e referências positivas. Os grupos, coletivos e associações compostos por mulheres lésbicas podem representar uma forma de integração e *continuum lésbico*, e diz respeito a um potencial que vem crescendo e ampliando-se à medida que as mulheres encontram e renovam forças na construção de suas relações. No que tange aos resultados, este estudo denuncia a relação entre os dispositivos de controle e o apagamento da história e vida de mulheres lésbicas, assim como aponta a subversão presente nas comunidades construídas entre estas mulheres.

Palavras-chaves: Lésbicas. Resistência. Subjetividade. Controle. Lesbocídio.

ABSTRACT

This work is qualitative in nature, taking the form of documentary research, and is characterized by its focus on the historical trajectories of lesbians in Brazil, analyzing the mechanisms of control and annihilation of these women throughout the process of constructing their subjectivities. The analysis is based mainly on lesbian theorists such as Adrienne Rich (2021), Yuderkys Miñoso (2022), and Navarro-Swain (2004), in addition to contributions from Valeska Zanello (2018) and Foucault (1979) on these mechanisms. Drawing on the work of a historian who questions the regimes of compulsory heterosexuality proposed by Rich, the study uses Swain's notions to question the erasure of the existence of lesbian women by examining the paths taken by lesbian feminists in Brazil since the 1970s. In addition to the erasure of archives on lesbianism, it also proposes to list *lesbocídio* as a category of domination and control over the bodies and histories of lesbian women. Finally, the research draws on the movement in the Brazilian North and Cerrado to highlight the ways in which lesbian resistance is currently rising in the political arena. Based on this mapping, it is possible to observe how both processes, oppression and resistance, have taken on new forms in the lives of lesbian women, who often lack access to security, health, support networks, and positive role models. Groups, collectives, and associations composed of lesbian women can represent a form of integration and lesbian *continuum*, and this potential has been growing and expanding as women find and renew strength in building their relationships. In terms of results, this study denounces the relationship between control mechanisms and the erasure of the history and lives of lesbian women, as well as pointing out the subversion present in the communities built among these women.

Keywords: Lesbians. Resistance. Subjectivity. Control. *Lesbocídio*.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 — Rosely Roth (1959 - 1990) lê um exemplar de “ChanacomChana”	32
Figura 2 — Rosely Roth no início da manifestação.....	33
Figura 3 — Ato de protesto por Ana Caroline em São Paulo	45
Figura 4 — Exposição protestante pelo projeto “COLA SAPATÃO” da bandeira lésbica na Praça dos Girassóis	52

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	JUSTIFICATIVA.....	17
3	OBJETIVO	21
3.1	Objetivo geral	21
3.2	Objetivo específico	21
4	METODOLOGIA	22
5	PERCALÇOS E MARCOS HISTÓRICOS DE MULHERES LÉSBICAS NO TERRITÓRIO BRASILEIRO.....	26
5.1	Quem diz de história, diz de sapatão. Quem diz de sapatão, diz de resistência: a existência lésbica na ditadura	28
5.2	A caça às bruxas de mulheres lésbicas: censura do jornal “ChanaComChana”	31
6.1	É preciso ter nome para entrar no discurso: tipificações do lesbocídio.....	39
7	GRUPOS E COLETIVOS LÉSBICOS DE RESISTÊNCIA NO NORTE E CERRADO BRASILEIRO	48
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
	REFERÊNCIAS	58

1 INTRODUÇÃO

Conforme mergulhava em estudos e teorias feministas acerca da lesbianidade, ou “lesbianismo”, termo com o qual contemporaneamente estudiosas vêm optando por resgatar em uma posição deliberada e política, foi inevitável colidir em meu próprio atravessamento como mulher lésbica. O meu primeiro olhar para a lesbianidade ocorreu logo em minha infância, embora não consciente e certamente não gentil. Como uma criança, eu não dispunha naquela época das ferramentas necessárias para compreender os significados por trás da palavra ou do que implicava ser uma “sapatão”.

Dessa forma, a primeira introdução ao que seria uma mulher lésbica que me recordo aconteceu da seguinte forma: encontrei diversas vezes escrito em minha mesa da escola, ainda no ensino fundamental, a tão temida palavra “sapatão”. A partir de então, as conotações que pesavam sobre esse termo me seguiram, e, ao nascer e crescer em uma cidade interiorana do Tocantins, com pouco contato com o mundo afora, eu entendia que cada significado apontava para o pecado, o imoral e o perverso; para o que eu não deveria estar sendo associada. Para além do imaginário social que permeia as mais profundas raízes da lesbofobia, presentes mesmo para uma criança, quero dedicar atenção a uma questão específica, sendo esta a maneira com que mulheres lésbicas são nomeadas antes mesmo de enxergarem a si mesmas. Tratam-se de nomeações que surgem não na intenção de simplesmente diferenciar, mas de esconder ou fazer aparecer por meio da vergonha e medo de meninas e mulheres.

Ao me entender e declamar como lésbica aos dezesseis anos, senti como se houvessem roubado de mim a oportunidade de me nomear por conta própria, e criar minhas representações e sentidos ao que significava para mim dedicar afetos e sonhos às mulheres. De múltiplas formas, seja pela televisão, religião ou família, fui ensinada que a única opção para poder viver e ser feliz seria dedicando minha vida aos homens, e que ser “sapatão” era como uma sentença à condenação eterna.

Assim, meu interesse em pesquisar sobre lésbicas nasceu de inquietações minhas enquanto respiro como uma. São indagações persistentes como: Quais as origens de nossas nomeações e símbolos? Qual a história das mulheres que desbravaram esse caminho dentro do feminismo, ou mesmo antes de dotarem qualquer movimento feminista? De onde elas vieram, e por que eu nunca soube de suas conquistas ou vi seus rostos sendo exibidos?

Porém, à medida que os questionamentos surgiram, as respostas não vieram até mim natural e gradualmente, pois refere-se a uma busca incessante e por vezes solitária, esbarrando em lacunas e pedaços roubados de nós. À vista disso, urge em mim a necessidade de descobrir

e nomear, mas não por meio das vozes daqueles que oprimem, dominam e nos escondem, e sim de mulheres que porfiadamente buscaram resistir, sobreviver e, sobretudo, viver na celebração do amor dedicado à outras mulheres.

Para Navarro-Swain (2004, p. 18), a vivência de mulheres, seus afetos e sofrimentos não são documentados ao longo dos séculos em razão da impossibilidade de pensar suas existências para além das tarefas de servidão construídas historicamente aos seus respectivos maridos. Partindo deste ponto, é compreensível o porquê de não ser questionado se o amor entre duas mulheres existia na Grécia antiga, entre meados do século VI a.C., onde elas ocupavam a maior parte de seu tempo em casa, oferecendo companhia umas às outras (NAVARRO-SWAIN, 2004, p. 18). De acordo com a autora, o mesmo tratamento não é dedicado a homens, uma vez que a homossexualidade masculina era exposta e institucionalizada. Mesmo a história biográfica de uma mulher da Antiguidade mais amplamente conhecida, a poetisa Safo, da ilha de Lesbos (VII-VI a.C.), sofre de escassez e ambiguidades, incluindo acerca de seus romances registrados em versos expressivos sobre o amor e eroticidade entre mulheres (LEITE, 2023, p. 271).

Durante a Inquisição no século XVII, a fim de julgar mulheres que compartilharam práticas homossexuais, a categoria em que elas eram postas denominava-se “sodomitas”, de uma forma que mesmo quando questionada a natureza de suas relações, a sexualidade construída fora da norma ainda fugia da ordem do discurso (NAVARRO-SWAIN, 2004, p. 19). Foucault (1970, p. 10), ao estabelecer os pilares responsáveis por sustentar a referida ordem do discurso, consolida a guerra pelo poder no qual se fortificam os discursos com base em outro princípio fundamental: o da separação e rejeição. Um exemplo do funcionamento deste princípio é a polarização presente entre a razão e a loucura, responsável por fazer com que aquele tido como louco tenha suas palavras anuladas e desprezadas socialmente (FOUCAULT, 1970, p. 10). Fundamentando-se nisso, o imaginário social em relação a estas mulheres era delimitado a partir de uma não-nomeação, causando um efeito em que ao retificar o direito a um nome, era rejeitada também a sua existência (NAVARRO-SWAIN, 2004, p. 19).

Nos períodos posteriores, antes do fim do século XIX, historiadoras comprovam como era comum que mulheres britânicas e americanas se envolvessem em amizades íntimas, de um amor próximo e contínuo, onde dividiam camas e seus cotidianos, sem questionar como incomum ou suspeito (JEFFREYS, 1993, p. 2). A existência de Ann Lister, uma mulher do condado de Yorkshire no início do século XIX que vestia-se com roupas masculinas, se relacionava sexualmente com mulheres e tinha uma visão de si mesma como destoante da norma daquela época, não era o suficiente para influenciar a forma como as mulheres

enxergavam com inocência suas intimidades e a troca de amor entre suas amigas (JEFFREYS, 1993, p. 2). A autora revela que a causa da estigmatização da “diferença sexual” surge a partir da sexologia, onde lésbicas, e mulheres que não se categorizam como tal, mas possuíam relações íntimas femininas, são colocadas como sexualmente diferentes. Aqui a sexualidade, podendo ser pensada pelo viés das relações de poder descritas por Foucault (1988), se articula como um instrumento maleável para manutenção do domínio. É uma forma de disciplinar os corpos, conjuntamente aos seus comportamentos e as relações construídas a partir destes. Sobre isso;

[...] a ideia, por exemplo, de muitas vezes se haver tentado, por diferentes meios, reduzir todo o sexo à sua função reprodutiva, à sua forma heterossexual e adulta e à sua legitimidade matrimonial não explica, sem a menor dúvida, os múltiplos objetivos visados, os inúmeros meios postos em ação nas políticas sexuais concernentes aos dois sexos, às diferentes idades e às classes sociais. (FOUCAULT, 1988, p. 98).

Conforme Jeffreys (1993, p. 6), as supracitadas amizades com teor íntimo e por vezes romântico entre mulheres gera diversos debates e conflitos teóricos entre estudiosas lésbicas. Para Faderman (1981, p. 269 apud JEFFREYS, 1993, p. 6), os exemplos onde mulheres dedicavam-se ao amor e cuidado direcionado a outras mulheres naquela época, prestando pouca ou ausente energia à homens durante toda suas vidas, caso hipoteticamente houvessem sobrevivido até a década de 70, teriam lido a si mesmas como lésbicas. Semelhantemente, os casais lésbicos de 1970, se tivessem vivido em eras e costumes atrás, teriam se enxergado somente como “amigas íntimas”. Apesar de tratar-se de uma visão extremamente criticada ao ser acusada de uma suposta dessexualização de lésbicas, é imprescindível observar que o contato sexual dificilmente pode ser comprovado, e, nestas condições, seria rara a existência lésbica comprovada durante a época, ao ponto em que as primeiras lésbicas surgiriam apenas no início do século XIX (JEFFREYS, 1993, p. 7). À luz do que Jeffreys (1993, p. 7) aponta, a instituição da heterossexualidade, por exemplo, nunca necessitou de comprovação do contato genital para se materializar como real. Enfatiza, ainda, a missão de historiadoras lésbicas em escavar a resistência da existência do lesbianismo para além da régua de uma sexologia estereotipada.

No que tange ao cenário brasileiro, o impulso de mulheres lésbicas dentro do feminismo nacional foi um marco primordial para demarcar a presença da lesbianidade dentro da conjuntura política, persistente em se fazer percebida apesar da resistência dos movimentos feministas em integrar pautas referentes a lésbicas (SOARES; COSTA, 2012, p. 23). Embora houvessem registros de lésbicas atuantes dentro do feminismo quando este estava em seu ápice na década de 80 e 90, ainda que a lesbianidade não fosse uma temática trabalhada em oficinas,

reuniões e encontros, a integração de mulheres lésbicas foi evidenciada desde os passos iniciais do feminismo brasileiro, em 1970 (SOARES; COSTA, 2012, p. 13).

No entanto, a despolitização da heterossexualidade como uma ferramenta de manutenção do controle sobre mulheres possuía raízes profundas na lógica dos movimentos feministas até então solidificados no Brasil; a heterogeneidade sequer era questionada. Ademais, Soares e Costa ainda responsabilizam a norma heterossexual pela escassa produção de materiais e referências acadêmicas, pois, em suas palavras, “a relativa ausência das referências feministas nacionais está relacionada às dificuldades de vencer as barreiras da invisibilidade pela imposição da heteronormatividade no interior do campo feminista” (2012, p. 24). Quanto às feministas lésbicas negras, o apagamento em trabalhos acadêmicos ainda é profundamente acentuado pelo duplo-viés de racismo e lesbofobia (RICH, 2010, p. 29).

Oliveira (2007 apud SOARES; COSTA, 2012, p. 23), ressalta a forma com que, para além de reforçar a corroboração da heterossexualidade obrigatória ao empobrecer politicamente seu discurso, as feministas nestes períodos comumente temiam a associação direta ao lesbianismo. Muitas, por vezes, hesitantes em participar de entrevistas com enfoque em tal temática em razão do receio de serem “confundidas” com lésbicas. Congruente a este pensamento, o grupo Radicalesbians, considerado pioneiro dentro do feminismo lésbico, destaca da seguinte maneira: “Lésbica é a palavra, o rótulo, a condição que mantém as mulheres na linha. Quando uma mulher é denominada por essa palavra, sabe que está ultrapassando algum limite; sabe que cruzou a terrível fronteira de seu papel sexual” (1969, p. 4).

A mulher lésbica, por si mesma e ainda que não ciente de seu potencial político, assume uma posição de ataque direto a fantasia masculina de ter acesso ao corpo de mulheres (RICH, 2010, p. 36). Portanto, a negação e medo em ser associada à mulheres que rompem com seu papel sexual não surge em um efeito arbitrário, uma vez que a experiência lésbica se caracteriza como profundamente feminina, com opressões, significados e potencialidades particulares (RICH, 2010, p. 67). Dessa forma, é legítimo afirmar que o ódio despejado a lésbicas é respaldado pela misoginia, e fortemente marcado pela repulsa àquilo que é feminino.

Por este e outros motivadores, os questionamentos acerca do lugar de mulheres lésbicas, em meio ao feminismo e movimentos da população LGBTQIAP+, são perpetuados por controvérsias e conflitos durante décadas até o cenário contemporâneo, e não somente em países exteriores, mas também sob a lente do panorama nacional. De fato, houveram diversos rompimentos de alianças políticas entre lésbicas e outras minorias estigmatizadas ao longo da história, como por exemplo o separatismo entre o feminismo lésbico e o movimento de direitos gays presente após a segunda onda do feminismo (FRYE, 1983, p. 128). No Brasil, as

desavenças com o movimento de homossexuais masculinos são acentuadas a partir da década de 70, mesmo passo em que lésbicas saíam do seu estado de quase completo anonimato dentro do feminismo nacional (SOARES, 2014, p. 114).

Referente às particularidades e convergências inerentes a experiência lésbica, que se distancia da homossexualidade masculina a exemplo, um poderoso objeto de estudo foi estabelecido por Adrienne Rich (2010), poeta e nome reconhecido dentro do feminismo lésbico e feminismo radical; a intitulada “heterossexualidade compulsória”, que, assim como a maternidade, caracteriza-se como uma instituição política. De acordo com a autora, se torna imprescindível o movimento de consolidação quanto a heterossexualidade na posição de detentora do poder de dominação e controle sobre mulheres, com alicerces que permeiam o pensamento coletivo, ao invés de despolitizar e banalizar ao resumi-la em mera escolha ou “orientação sexual”. Afinal, é por meio da heterossexualidade que aos homens é garantido o direito de acesso físico, emocional e econômico a mulheres (RICH, 2010, p. 63).

De maneira semelhante no campo do feminismo nacional, Valeska Zanello (2018) utiliza das noções de dispositivos com fins de controle e produção de subjetividades teorizada por Foucault em diversas obras, como *Vigiar e Punir: O Nascimento da Prisão* (1975) e *História da Sexualidade I: A vontade de saber* (1976), para embasar sua própria definição de dispositivo amoroso. Ao conceituar o dispositivo amoroso, Zanello (2018, p. 84) retoma a forma com que a produção de subjetividade de mulheres tem seu cerne na necessidade de ser desejada por homens, a fim de promover seu próprio valor. Nas palavras de Zanello: “Em nossa cultura, os homens aprendem a amar muitas coisas e as mulheres aprendem a amar, sobretudo, e principalmente, os homens” (2018, p. 84). Para a autora, refere-se a uma colonização do afeto, onde as chamadas tecnologias de gênero, seja por meio de filmes, músicas, revistas ou novelas, operam interpelando performances a estes dispositivos.

Portanto, a existência lésbica contém uma potente ruptura com o tabu, e rejeita um modelo compulsório de vida, possibilitando uma negação ao patriarcado em um ato de resistência (RICH, 2010, p. 65). Mas para além dos potenciais existentes na lesbianidade, Rich (2010, p. 66) ressalta os riscos que subsidiem em amar e agir contra uma norma permeada de brutalidade: o ódio voltado a si, a violência, suicídios, o alcoolismo e as crises são exemplos das punições às quais mulheres lésbicas são cotidianamente submetidas ao tornarem percebidas as suas existências. Diante disso, a esperança nasce da constante expansão e fortalecimento do amor entre e para mulheres. Assim, Rich ainda afirma:

Nos últimos anos, o feminismo/lésbico teve vários avanços, e assim o fez porque as lésbicas/feministas assumiram continuamente a liderança e responsabilidade em

questões que atingem todas as mulheres. Quando estamos total e apaixonadamente envolvidas em trabalhar e agir e nos comunicar com e pelas mulheres, a noção de “extrair energia dos homens” se torna irrelevante: já estamos renovando as energias em nós mesmas. (RICH, 2010, p. 122).

Sob essa ótica, é válido resgatar que em território brasileiro foi a partir do trabalho e ações mencionados por Rich que as mulheres lésbicas, por meio da emergência da emancipação feminina social, econômica e sexual, construíram em 1996 o Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE). O SENALE é responsável por reunir, a cada dois anos, mulheres lésbicas e bissexuais para discutir e apresentar questões ligadas à sexualidade feminina e como os espaços conjuntos não foram suficientes para abarcar a complexidade de suas vivências e anseios políticos (LINO, 2019, p. 17). O surgimento de movimentos dominados por lésbicas, com caminhadas políticas, debates, fóruns, fomento de organizações e diretrizes para políticas públicas foi, e permanece sendo, o marco histórico chave para mulheres lésbicas tomarem espaço e força dentro do país.

Não obstante da importância destes encontros a nível nacional proporcionados pelo SENALE, renomeado em sua oitava edição para SENALESBI em virtude da repactuação entre mulheres lésbicas e bissexuais às suas lutas, permanecem concretos e múltiplos os obstáculos para tornar a saúde mental, segurança e combate a violência referentes a lésbicas, temáticas consolidadas no âmbito das políticas públicas.

Além dos mecanismos centrais anteriormente mencionados da heterossexualidade compulsória definida por Rich em *Heterossexualidade Compulsória e Existência Lésbica* (1980), e dos dispositivos amorosos teorizados por Zanello em *Saúde Mental, Gênero e Dispositivos* (2018), as vozes do feminismo decolonial conjunturam o bojo conceitual para se pensar a interseccionalidade¹ da raça, classe e sexualidade no pensamento feminista brasileiro.

O feminismo decolonial ganha força principalmente por meio de feministas indígenas, afrodescendentes e lésbicas que buscam e questionam a predominância do pensamento hegemônico, branco e classicista enraizado no feminismo (CURIÉL, 2020, p. 140). Yuderkys Espinosa Minõso, uma feminista lésbica decolonial, traz em suas obras *Escritos de una lesbiana oscura* (2007), *Etnocentrismo y colonialidad en los feminismos latinoamericanos* (2009) e *Historizar las disputas, indagar las fuentes: hipótesis para pensar el movimiento de lesbianas*

¹ A interseccionalidade, conceito proposto por Kimberlé Crenshaw (1993), refere-se ao reconhecimento da diferença entre categorias cruzadas, onde raça e gênero, a exemplo, são apresentados como eixos de subordinação que em algum momento se separam, com certo nível de autonomia, mas que estão interseccionados (CURIÉL, 2020, p. 137). Configura-se, assim, como um importante marcador que embasa a análise do presente trabalho.

en América Latina (2016), as possibilidades e percalços encontrados no caminho em forjar resistência a supremacia eurocêntrica dentro do contexto latino-americano.

Ao reforçar críticas ao universalismo do feminismo tradicional, Miñoso (2022, p. 430) recorre a explicação do “racismo de gênero”, que se conceitua como uma resistência da teoria feminista em reconhecer o seu lugar privilegiado ao enunciar dentro da matriz colonial do gênero. Para a autora, tais limitações estão diretamente relacionadas ao olhar Ocidental, que compartimenta, segrega e classifica os fenômenos sociais, censurando movimentos de independência que busquem romper com sua dominação. Isto posto, é necessário destacar que este efeito não invalida a importância das obras de autoras lésbicas ocidentais, como Rich (1986) e Wittig (1976), embora torne essencial o exercício de pensar a epistemologia e práticas políticas voltadas às singularidades pertencentes àquelas mulheres submetidas a processos de colonização (MIÑOSO, 2016, p. 245).

Portanto, a presente pesquisa busca explorar a história e realidades de mulheres lésbicas no Brasil, recorrendo a discussões estruturadas a partir do recorte de gênero e lesbianidade, alicerçadas aos dispositivos de controle e processos de subjetivação constituintes para lésbicas. Ainda dispondo teórica e metodologicamente acerca de estudos voltados à descolonização, considerada uma ferramenta indispensável para se aprofundar a notável escassez e invisibilidade das produções acadêmicas sobre lesbianidade em contexto nacional.

2 JUSTIFICATIVA

Em termos históricos, a existência lésbica é riscada da história, não sendo sequer permitido espaço para se firmar. Não concerne a um fenômeno isolado, mas a um dos reflexos patriarcais, responsável por definir quais narrativas são preservadas e quais são apagadas. De acordo com Rich (2010, p. 45), uma das diversas maneiras de reafirmar o poder masculino é a negação do direito das mulheres à própria sexualidade, fortalecido por meio do fechamento de arquivos e documentos relacionados à lésbicas. O efeito decorrente deste apagamento não se limita a lésbicas, pois;

A destruição dos registros, da memória e das cartas que documentavam as realidades da existência lésbica deve ser seriamente vista como uma forma de manter a heterossexualidade compulsória para as mulheres — já que a alegria, a sensualidade, a coragem e comunidade é que foram alijadas do nosso conhecimento — bem como a culpa, a autonegação e a dor. (RICH, 2010, p. 66).

Acompanhado ao extermínio documental, há o legado imaterial das marcas marginalizantes concedidas a lésbicas: bruxas, criminosas, enfermas, mulheres masculinas ou invertidas; são exemplos da lente sob a qual os contemporâneos enxergavam mulheres que ocupavam este espaço de resistência e castigo (GIMENO, 2005, p. 35). Ao se pensar na hierarquia de conhecimento reproduzido historicamente nas academias de ensino, há de se considerar como o conhecimento produzido por mulheres encontra-se na categoria inferior e é omitido do pensamento epistêmico (GROSFOGUEL, 2016, p. 28).

Uma das faces menos favorecidas em discussões acerca do espistemicídio diz respeito a conquista e genocídio de mulheres, as quais perpassavam conhecimentos xamânticos do tempo ancestral em territórios europeus (GROSFOGUEL, 2016, p. 41). A perseguição destas mulheres, presente na Idade Média, embora vivenciado seu ápice nos séculos XVI e XVII, tinha seu cerne na “[...] estratégia de consolidação do patriarcado centrado na cristandade, que também destruía formas autônomas e comunais de relação com a terra” (GROSFOGUEL, 2016, p. 42).

A partir deste panorama, é inevitável a conclusão de que não havia, por décadas a fio, qualquer reflexão direcionada à preservação da vida de mulheres lésbicas. E sim o oposto, uma vez que;

Essas mulheres, nossas antepassadas, cujos milhões de nomes nós desconhecemos, foram torturadas e queimadas como bruxas, caluniadas em tratados religiosos e depois também nos “científicos”, retratadas na arte e na literatura como mulheres bizarras, amorais, destrutivas e decadentes. Por muito tempo, a lésbica foi uma personificação do mal feminino. (RICH, 2010, p. 114).

No contexto hodierno, a tortura e o assassinato de mulheres lésbicas permanecem cristalizados como reais, e em casos crescentes ao longo dos anos, embora socialmente não obtenham a devida reverberação. Os casos de lesbocídio dizem respeito a exemplos pungentes sobre a forma com que a segurança não é garantida a lésbicas nas ruas, em seus lares ou ambientes de trabalho. Perante a isso, mesmo a lei não reconhece a urgência da categoria de “lesbocídio” para delimitar crimes de ódio à mulheres lésbicas (FIRMINO, 2020, p. 2).

A Lei Maria da Penha 11. 340/2006 (Lei Maria da Penha), Art. 38, estima a criação de um banco de informações nacional, conscientizando sobre a violência contra a mulher (BRASIL, 2006). Firmino (2020, p. 3) afirma que para além do sistema de informações não ser uma realidade, os dados e prevenções acerca do feminicídio existentes ainda excluem as mortes de lésbicas em suas estatísticas. Para Rich (2010, p. 63), uma das formas de impor a heterossexualidade é tornando invisível a existência lésbica. No que tange às estatísticas divulgadas pelo Governo, a invisibilidade persiste, tornando desconhecidas as histórias e rostos de lésbicas que foram brutalmente mortas por crimes de ódio.

As punições refletidas a existência lésbica se formam no bojo da virilidade e falocentrismo presentes na socialização masculina, pois a constatação de que duas mulheres têm a possibilidade de serem felizes se relacionando romântica e sexualmente entre si, é encarada pelo olhar dos homens como motivo suficiente para infligir suas mortes (PERES; SOARES; DIAS, 2018, p. 20). Isso, tendo em vista que a maioria dos casos de lesbocídio são cometidos por homens. De acordo com as autoras:

As lésbicas são uma parcela da população que estão sistematicamente apartadas de seus direitos básicos. São alvo de inúmeras manifestações de discriminação que as impossibilitam de desenvolverem plenamente suas demandas, desejos, ambições e direitos. Uma expressão desta vulnerabilidade é justamente o lesbocídio. (PERES; SOARES; DIAS, 2018, p. 24).

A categoria do lesbocídio abarca, ainda, uma tipificação que refere-se ao suicídio. O ser-lésbica perpassa por esferas socioculturais, políticas e econômicas, onde o modelo heterossexual hegemônico produz hostilidade expresso em palavras e atos que tornam lésbicas forasteiras eternas no entorno social (PERES; SOARES; DIAS, 2018, p. 30). Embora o aspecto social seja primordial para a perpetuação da lesbofobia, uma de suas reminiscências é inegavelmente pessoal e manifesta-se em relações individuais no trabalho, família e escola.

As produções de isolamento se expandem à medida em que a mulher lésbica experimenta altos graus de rejeição nas ruas e dentro da cultura, religião e estruturas estatais, desamparando e tornando cada vez mais solitária a condição lésbica (PERES; SOARES; DIAS, 2018, p. 31). As autoras afirmam que há uma extrema ausência de referências positivas e

saudáveis sobre lesbianidade, conjunta a falta de significados que apontam para o que é ser lésbica, onde crianças crescem e se formam na construção de sua identidade pessoal. Para Peres, Soares e Dias (2018), as forças unidas do “[...] isolamento, desamparo, desinformação e sistemáticas reprovações e retaliações, movidas por consecutivas tentativas de heterossexualização da lésbica, podem levar a uma condição de incapacidade de construção de uma autoestima positiva e estável” (p. 31). Dessa forma, o suicídio é observado em toda a vida de mulheres lésbicas, a partir do momento em que estas começam a enxergar seu não-lugar no mundo. Em diversas classes sociais e regiões, o sentimento de exclusão gera o acúmulo de angústias que, por vezes, acarretam ao desinteresse pela própria vida (PERES; SOARES; DIAS, 2018, p. 31).

Para além da escassez de referências positivas onde lésbicas poderiam apoiar o esboço de suas subjetividades, e de estatísticas governamentais sobre a violência contra este grupo, outra lacuna é perceptível no que diz respeito ao campo acadêmico de produções científicas, incluindo os saberes da Psicologia. Apesar do crescimento gradual de pesquisas que lançam mão de temáticas sobre gênero e sexualidade, a lesbianidade persiste em um local sombreado. De acordo com Gonzaga *et al.* (2024, p. 9), a grande maioria dos estudiosos não leva em consideração as particularidades da experiência lésbica, direcionando seu enfoque a homens gays ao relatar as realidades da população LGBTQIAP+. Os autores afirmam, ainda, a persistência desta problemática em trabalhos quanto aos processos de saúde pela ótica da Psicologia. Adicionalmente, um apontamento revela como entre 10 produções realizadas que levam em consideração especificidades de lésbicas, 9 possuem ao menos uma autora mulher (GONZAGA *et al.*, 2024, p. 9). Trata-se de um dado que expõe a polarização entre grupos estigmatizados em relação ao apoio ou participação nos interesses políticos e atravessamentos de mulheres lésbicas.

Dessarte, há a necessidade abrangente em ampliar a gama de produções dos saberes e referências no campo da sexualidade e vivência de lésbicas, sendo nesta urgência em que a presente pesquisa embasa sua justificativa. Ao pôr em evidência o contexto sócio-histórico em que a lesbianidade como um movimento trilhou seu caminho durante décadas, é inexorável o olhar às diversas subjetividades construídas ao longo deste percurso. A mapeação dos movimentos políticos resgatados neste trabalho se firma ao lançar mão da relação indivíduo-sociedade, uma vez que é responsabilidade dos profissionais em formação de Psicologia a criticidade e comprometimento ao se deparar diferentes realidades do sujeito (AMENDOLA, 2014, p. 980).

Portanto, ao analisar os mecanismos de controle, em uma insistência macrossocial, e os processos de oposição do feminismo lésbico, não se deve jamais perder de perspectiva a existência das experiências individuais vivenciadas pelas mulheres lésbicas subsistentes em cada período e circunstância examinados. Tratam-se de narrativas subjugadas, às quais este documento visa projetar luz, assim como produzir, por sua vez, materiais que devem constantemente ser expandidos em nome da busca teórica e prática por visibilidade, cuidado e saúde à lésbicas.

3 OBJETIVO

3.1 Objetivo geral

- Investigar e analisar a produção da invisibilização e resistência da história de mulheres lésbicas e os efeitos decorrentes destes processos no Brasil contemporâneo.

3.2 Objetivo específico

- Caracterizar os diferentes movimentos históricos da história de mulheres lésbicas a partir da década de 1970 no Brasil;
- Identificar quais os dispositivos que exercem controle sobre o corpo de mulheres lésbicas;
- Investigar os processos de resistência dentro do território regional do Norte e Cerrado brasileiro.

4 METODOLOGIA

Ao resgatar a existência do movimento da Escola Metódica, criada no fim do século XIX, Lemos *et al.* (2020, p. 2) deflagra o forte marcador positivista presente nesta corrente de pensamento, em que a análise de documentos era validada somente na condição de ser um registro escrito sobre saberes lineares, cronológicos e espaciais. Conforme os autores, a Escola diz respeito à tentativa da construção de uma História como disciplina encerrada em si mesma, buscando delimitação rígida, imparcial e objetiva ao se distanciar de qualquer atravessamento subjetivo.

Para Navarro-Swain, os esforços em se afirmar como historiadora resistente às asseverações ao pensar a condição humana se concentram em movimentos que vão de encontro ao afastamento filosófico daquela época, uma vez que “quem diz de história, diz de construção” (2004, p. 15). Portanto, é possível afirmar que as fontes e materiais são diversos e carregam discursos e apresentações de cada época, enquanto as “certezas indiscutíveis” do século XIX tornaram-se ilusórias (NAVARRO-SWAIN, 2004, p. 15). Para a autora:

[...] O que se sabe da História da humanidade depende de certa racionalidade impressa aos fatos, é uma *história*, uma narração cujas conexões são arbitrárias. Isso significa que os olhos veem o que querem e podem ver através de uma “política do esquecimento”: apaga-se ou destrói o que não interessa a moral, às convicções, aos costumes, à permanência de tradições e valores que são dominantes em determinada época. (NAVARRO-SWAIN, 2004, p. 15).

De modo equivalente, as teorias e práticas da chamada Psicologia Tradicional operam de modo ideológico e condizente com a ordem vigente de dominação, com poderes consolidados ao dispor do privilégio para determinadas variáveis à outras (GRUDA, 2016, p. 517). Então, é plausível concluir que a neutralidade de pesquisadores que trabalham com registros documentais, seja em análises da História ou Psicologia, não possui meios de se provar realista e alcançável. Assim, o posicionamento da Psicologia em um campo crítico e social deve partir da noção das disputas de verdades presentes no saber-poder existentes dos discursos, e quais são valorizadas em detrimento de outras. De fato, é imprescindível a busca pelo comprometimento e engajamento àquelas posições políticas e sociais subjacentes (GRUDA, 2016, p. 519).

Partindo deste pressuposto, o presente trabalho fundamenta-se pela metodologia de pesquisa documental. De acordo com Gil (2002, p. 45), a pesquisa com documentos se debruça sobre materiais que possivelmente não receberam um tratamento analítico, ou que por ventura podem ser reelaborados de acordo com o objeto de pesquisa. Afirma, ainda, que os documentos

costumam subsistir ao longo do tempo, o que compõe a valiosidade histórica destes dados. Assim, pode-se inferir que, para a análise do cenário político que conferiu a realidade das lésbicas a partir da década de 1970, é indispensável a utilização dos documentos fabricados por este grupo, pois, de acordo com Lemos *et al.*, “o documento é resultado de uma montagem de práticas históricas, na época da sociedade que o produziu, de acordo com interesses em jogo e disputas que o alimentam, fazendo-se necessário interrogá-lo” (2020, p. 4).

Acerca disso, Appolinário conceitua o documento como “qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa servir para consulta, estudo ou prova” (2009, p. 67). Incluindo nessa nomenclatura os impressos, os manuscritos, os arquivos audiovisuais e sonoros, as imagens e vários outros. Segundo essa premissa, os documentos referem-se, de forma sintetizada, a quaisquer vestígios que sirvam de testemunhos do passado e possam então ser considerados passíveis de análise (CELLARD, 2008, p. 296). Cabe destacar que trata-se de uma pesquisa qualitativa, a qual é reconhecida pela gama de possibilidades para estudar os fenômenos que formam a experiência de humanos e suas relações com o mundo, em diferentes ambientes (GODOY, 1995, p. 21).

Destarte, emerge a importância em considerar quaisquer materiais que não se restrinjam a especialidades acadêmicas, em consideração ao cerceamento pré-existente quanto a documentação de lésbicas, e as pluralidades de suas existências, pelos sistemáticos poderes de opressão e aniquilação dos conhecimentos contrários à hegemonia no Brasil.

A fim de tecer metodologicamente os caminhos planejados para o projeto de pesquisa, a investigação dispõe de dados bibliográficos coletados por meio da Plataforma de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC), pela Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO) e Repositórios das Universidades Públicas de forma geral, além de visar igualmente lançar mão das fontes de dados corroboradas por zines, fotografias, ofícios, boletins e folhetos, a fim de resgatar os múltiplos indícios dos movimentos e passagens de mulheres lésbicas pelos registros brasileiros.

Outrossim, para fins da análise da categoria do homicídio de mulheres lésbicas, será usado especificamente o arquivo do *Dossiê sobre Lesbocídio no Brasil de 2014 até 2017* (PERES; SOARES; DIAS, 2018); assim como, para adentrar no tópico que diz sobre os grupos e coletivos lésbicos no Norte e Cerrado brasileiro, serão utilizados os documentos do relato de experiência *Cola Sapatão: Estratégias lésbicas de combate e resistência através da arte* (BARSOUMIAN; CASTELLO, 2018) e *Artivismo Sapatão Amazônida na Cultura Digital como Dispositivo de Afeto* (SALIMOS, 2024), além de registros fotográficos e midiáticos presentes nas redes sociais dos coletivos trabalhados. Sobre a abordagem destes conteúdos, é

necessário frisar que o material público encontrado para análise é utilizado exclusivamente para fins de pesquisa científica, partindo de um cuidado que diz respeito à ética às informações coletadas. Portanto, nenhuma característica identificável é exposta; da mesma forma, a garantir a segurança das participantes das coletivas, as histórias pessoais são incessantemente preservadas de quaisquer divulgações, conforme previsto na Constituição Federal do Brasil, art. 5º, inciso X, que garante a inviolabilidade da intimidade, vida privada, honra e imagem dos indivíduos (BRASIL, 1988).

Para fins de interpretação dos materiais selecionados, a abordagem foucaultiana para a análise dos arquivos torna-se uma poderosa ferramenta, em razão da forma com que Foucault considera os discursos produzidos para muito além dos conjuntos das palavras. Para Foucault, o discurso é uma dimensão de produção da realidade social, e leva em consideração os sentidos sócio-históricos, sejam eles individuais ou coletivos (PASSOS, 2019, p. 2). No que diz respeito à extensão do saber propagado acerca do campo da sexualidade, Foucault ressalta a pluralidade de atravessamentos os quais são necessários se levar em consideração:

Seria difícil e abstrato, em todo caso, empreender esse estudo sem analisar ao mesmo tempo os conjuntos dos discursos literários, religiosos ou éticos, biológicos e médicos, jurídicos igualmente, nos quais se trata da sexualidade, nos quais esta se acha nomeada, descrita, metaforizada, explicada, julgada. Estamos muito longe de haver constituído um discurso unitário e regular da sexualidade; talvez não cheguemos nunca a isso e, quem sabe, não estejamos indo nessa direção. (FOUCAULT, 1970, p. 67).

Frente a isso, o método genealógico institui uma forma revolucionária de pensar as épocas nas quais determinados estudos podem vir a se debruçar. As pesquisas de Michel Foucault mergulhadas em narrativas, em sua essência;

[...] são cartografias, mapas, diagramas que operam uma história problematizadora, que produz um pensar interrogante e estabelecido no espanto, no estranhamento, em um exercício constante de demolição das evidências. (LEMO; CARDOSO, 2009, p. 353).

A construção da história em continuidade, e não fixa e catalogada em início, meio e fim, é fundamental para o objetivo desta pesquisa. Ao trabalhar com os marcos históricos para lésbicas e a construção de seus espaços ao longo do tempo, é essencial a atenção que Foucault (1979) dispõe ao afeto, aos laços construídos por trás da objetividade comumente prestada às histórias. Em suas palavras;

Daí, para a genealogia, um indispensável demorar-se: marcar as singularidades dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história — os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos. (FOUCAULT, 1979, p. 15).

O compromisso do historiador, ao historicizar as racionalizações, é justamente desvincular-se da sistematização e neutralidade científica (LEMOS; CARDOSO, 2009, p. 355). Vale então ressaltar que as relações de poder-saber estabelecidas por Foucault (1979) serão analisadas através do método genealógico, ao utilizar também da leitura de Zanello (2018) acerca dos dispositivos amorosos. Isso, uma vez que a categoria dos dispositivos auxiliam a análise das práticas de poder e subjetivação. A escolha por seguir as análises foucaultianas durante os percalços da pesquisa se baseiam, principalmente, na gama de possibilidades que o método genealógico abre para legitimar os discursos apagados, jogados na lógica do esquecimento.

5 PERCALÇOS E MARCOS HISTÓRICOS DE MULHERES LÉSBICAS NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Eu podia cuspir esta raiva
e ainda me engasgar com o muco
das lembranças.
(Cheryl Clarke, 1986)

Antecedente a mapeação dos principais eventos protagonizados pelo movimento lésbico brasileiro, deve ser prestada a devida importância aos questionamentos sobre a existência e passagens de lésbicas pelo país antes dos primeiros registros. Retomando ao ponto crucial da socialização feminina, é possível destacar novamente que a mulheres, escassos ou nenhum papéis lhes eram atribuídos além da docilidade, domesticidade e obrigações quanto ao serviço de cuidado.

Contrárias às representações típicas do feminino, as guerreiras amazonas eram exemplos potentes de bravura e destreza com armas (NAVARRO-SWAIN, 2004, p. 21). Entretanto, independente de túmulos encontrados ou das diversas narrativas que corroboram para a comprovação da existência das amazonas, hoje são lidas pela história tradicional como mitos e lendas. De acordo com Navarro-Swain (2004, p. 21), na época da invasão dos portugueses no Brasil, haviam mulheres indígenas fortes e armadas amedrontando e expulsando homens invasores, consideradas múltiplas vezes mais ameaçadoras. Ainda assim, carregada pela política do esquecimento;

[...] a trama urdida pelos discursos históricos só retém o que as representações polarizadas de mulheres e homens permitem imaginar: assim, as mulheres guerreiras, amazonas brasileiras, gregas ou africanas, passaram ao domínio do ilusório (NAVARRO-SWAIN, 2004, p. 22).

Para embasar o plano de fundo da impossibilidade de mulheres heróicas e fortificadas em sua própria potência, Wittig reforça que o único “[...] destino das mulheres é serem assassinadas, mutiladas, torturadas e abusadas física e mentalmente, estupradas, espancadas e forçadas a se casar. E, supostamente, não se pode mudar o destino” (2022, p. 24). Como poderiam então aquelas mulheres ocuparem qualquer posição autônoma e, ainda, de resistência? É um pensamento que transcende o tempo propriamente dito, pois estende-se e cria suas raízes de forma profunda, de forma tida como “ordem natural”. Wittig (2022) irá aprofundar a questão em sua obra *O Pensamento Hétero*, voltando o olhar ao pensamento

dominante. Trata-se de “[...] um pensamento que afirma um ‘sempre foi assim’ dos sexos, algo que é dado como anterior a todo pensamento, anterior à sociedade. Esse pensamento é o pensamento dos que governam as mulheres” (2022, p. 24).

Foucault (1988, p. 98) elenca quatro conjuntos de saberes-poderes que lideraram a noção do sexo a partir do século XVIII, sendo estes a histerização do corpo da mulher; a pedagogização do sexo da criança; a socialização das condutas de procriação e a psiquiatrização do prazer perverso. Agora, sob lume da leitura foucaultiana, é relevante voltar-se especificamente à histerização da mulher e sua relação com o sexo. O que concerne a análise a qual mulheres foram submetidas por meio de seus corpos, corpos os quais foram enxergados como saturados de sexualidade (FOUCAULT, 1988, p. 98).

A patologização do corpo de mulheres, sob poder do olhar médico, era sustentada por bases extremamente consolidadas pelo aspecto social do corpo, pautada na fecundidade e obrigatoriedade da “procriação”; a função da manutenção da família funcional recaída sobre elas; e, por fim, pela vida das crianças, onde era garantida a sua responsabilidade biológica moral (FOUCAULT, 1988, p. 98). De acordo com o autor, a mãe considerada incapaz de seguir diligentemente com seus papéis atribuídos à maternidade era a forma mais escancarada em que se concentrava a histerização.

Trazendo este panorama para o Brasil, o lugar da loucura ocupado pela mulher pôde ser exposta por uma pesquisa realizada por Engel (2004), em que foi percebido que a maior motivação por trás da internação psiquiátrica compulsória de mulheres no final do século XIX era baseada na esfera da sexualidade e no rompimento com o ideal da maternidade (ZANELLO, 2018, p. 21). Wittig, por sua vez, também historiciza o lugar construído e designado a mulher, mas afirma diretamente a não existência do sexo, porquanto que “é a opressão que cria o sexo, e não ao contrário” (2022, p. 23).

A construção da opressão do sexo configura um endosso que nos diz da construção de uma indisponibilidade do pensamento dominante em repensar suas relações de poder. Wittig (2022, p. 24) afirma que os homens têm total ciência de exercer domínio sobre mulheres, ao ponto em que são treinados e socializados para esse fim. Não é surpresa, portanto, que entre as 5 mil mulheres indígenas no Brasil que nunca tiveram qualquer contato com os brancos sejam descartadas tão rapidamente da possibilidade de haverem, sim, guerreiras amazonas entre elas (NAVARRO-SWAIN, 2004, p. 23). Para o historiador Sérgio Buarque de Holanda (1959), as mulheres amazonas brasileiras não passavam de “virago”; mulheres que teriam “altura, voz ou forma de portar parecidas com um homem” (NAVARRO-SWAIN, 2004, p. 23). Uma paródia e imitação do masculino, apontando ainda para uma “homossexualidade latente”.

Dessa forma, as amazonas eram consideradas “mulheres-macho” ou “fanchas”, o que configura notavelmente o motivo suficiente para lançá-las na posição do mito. A exemplo da “caminhoneira perfeita”, a quem será apresentado durante o presente trabalho que são aquelas nas quais são despejadas a maior dose de abominação, Wittig (2022, p. 32) discorre sobre como a mulher vista em uma vontade de “querer tornar-se homem” já comprova um rompimento inicial com a programação natural do que é considerado ser uma mulher.

Aponta também a impossibilidade desse cenário concretizar-se, pois a opressão tem como característica em manter mulheres o quanto for possível longe de lésbicas, já que elas necessariamente pertenceriam aos homens. A aparência externa teria, portanto, nenhuma influência em tornar uma “caminhoneira” um homem, uma vez que a consciência da dominação não a pertence. Sobre isso, Wittig complementa que “para uma lésbica, isso vai além da recusa do papel de ‘mulher’. É a recusa do poder econômico, ideológico e político de um homem” (2022, p. 32).

Assim, negar e descartar tão facilmente a existência das amazonas retorna ao ponto principal: mulheres que dispensam quaisquer interesses por homens não são naturais, logo, não devem existir. São mitos. Mas um dos primordiais passos para mergulhar na história é, sem dúvidas, questionar as múltiplas censuras da sua existência. Diante disso, é possível sob luz de Navarro-Swain (2004, p. 24), reforçar que os indícios e provas estão disponíveis para quem se dispor a olhar para além da hegemonia. Ainda questiona: por que então, diante do que foi exposto, não existiriam guerreiras amazonas lésbicas?

5.1 Quem diz de história, diz de sapatão. Quem diz de sapatão, diz de resistência: a existência lésbica na ditadura

Ao ver a heterossexualidade como uma instituição política, exigente, que consome e perpetua “O Grande Silêncio” em relação à existência das mulheres lésbicas presentes nas culturas, Rich (2021, p. 47) fala de uma ampla visão exterior ao Brasil, embora, reconhecidamente, fomite críticas que devem ser utilizadas para pensar o movimento lésbico carregado de encontros e tensões dos campos epistêmicos e políticos no território nacional. Pois, ao se falar do movimento de mulheres lésbicas no Brasil, é inevitável esbarrar nas rejeições múltiplas as quais o próprio feminismo ofereceu em resistência à sua presença.

De acordo com Oliveira (2017, p. 7), na época da ditadura militar no país, localizado temporalmente no período de 1964 a 1985, mulheres lésbicas, além de serem alvos de perseguição constantes, sofriam conjuntamente de um isolamento marcante pela esquerda

política. Eram consideradas párias, independente de quais caminhos se colocassem à prova, sendo enxergadas “[...] não como agentes coletivos [*da própria história*], mas sim objetos da narrativa” (OLIVEIRA, 2017, p. 7).

Dessarte, não haveria como não questionar onde estariam, portanto, as mulheres consideradas párias da sociedade brasileira antes dos primeiros registros conhecidos? É justamente a oposição à época da ditadura, neste sentido, a conjuntura do marco de extrema importância para a criação de resistência nacional de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (OLIVEIRA, 2017, p. 9). Ao menos nesta primeira primeira onda, as lutas estariam alinhadas com o enfoque à procura pela democracia, embora não deixe de ser possível observar a ausência do interesse às questões da saúde e proteção de mulheres lésbicas.

Cabe agora dedicar atenção às principais formas midiáticas de denúncia à repressão da época, uma vez que jornais e zines tornaram-se documentos históricos que mapeiam a força aplicada contra a perseguição e batidas policiais frequentes entre a década de 60 a 80. É impossível negar que a Rebelião de *Stonewall*, ocorrida no dia 28 de junho de 1969 em Nova York, foi um evento que ganhou maior visibilidade e alavancou no mundo inteiro, inclusive na América Latina, a formação de mais grupos de movimentos em prol dos direitos de pessoas homossexuais (BRANDÃO, 2024, p. 7 apud GREEN, 2000, p. 281).

A partir do contexto da fomentação de uma rebeldia de homens intelectuais, foi inaugurado em abril de 1978 um jornal intitulado *Lampião da Esquina*, com intuito de firmar-se como uma crítica descarada e emblemática por meio da circulação da temática de pessoas LGBT’s (OLIVEIRA, 2017, p. 10). Ao reconhecer as movimentações lideradas por homens, alvos constantes da milícia brasileira, não obstrui o fato de que é imprescindível reconhecer o falocentrismo latente presente nestes processos de luta por direitos.

A exemplo disso, Oliveira (2017, p. 10) aponta como somente após um ano de sua primeira publicação, o jornal abriu margem para que as mulheres do grupo *Somos*, consolidado em 1979 como primeira organização política de gays e lésbicas no Brasil, e *Eros*, finalmente pudessem escrever sobre sexo, sexualidade, repressão territorial e lesbofobia. É inegável que eram excluídos dos debates políticos temas acerca da contracepção, aborto, prazer e lesbianidade, isso pois “[...] polarizaram o debate na hierarquização das bandeiras das lutas gerais sob as lutas específicas” (SOARES; COSTA, 2012, p. 16). Sobre a forma com que lésbicas foram barradas de suas vozes, no texto criado para o *Jornal Lampião* é escrito que;

Nós estamos atrasadas porque existimos, mas sempre abdicamos de existir. Existimos nos cochichos, nos bochichos, em algum barzinho, em algumas boates, n'alguma cama com algum corpo, nas fantasias e sonhações que, na maioria das vezes, arquivamos desde sempre. Nós estamos atrasadas porque temos medo, receio,

cagaço mesmo de viver o que somos. Porque não construímos o espaço do nosso viver. Porque vivemos na clandestinidade. (...) A repressão perpassa todas as esferas do nosso existir. O fato de sermos mulheres homossexuais duplica a repressão. Além de mulher, ser homossexual é muito, né? Quer ver muito mais? Mulher, negra, homossexual. Quer ver mais? Nós estamos atrasadas porque os valores garantidos pelos esquemas repressivos têm conseguido um desempenho eficaz. (OLIVEIRA, 2017, p. 10 apud JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA, 1970, ed. 12, p. 7).

A busca constante por visibilidade, acesso a direitos e a saúde no que dizem respeito a mulheres lésbicas, porém, não encontrava barreiras apenas no campo de ações políticas masculino, uma vez que as temáticas sobre aborto e lesbianidade não foram incorporadas ao movimento de mulheres; o que marcará, assim, a distinção entre o movimento de mulheres e feministas (SOARES; COSTA, 2012, p. 16). Para adentrar aos aspectos centrais da rejeição de mulheres a lésbicas, é possível retomar ao pensamento de Wittig (2022), especificamente ao seu ensaio central nomeado *O Pensamento Hétero*, onde a autora tecela em torno de sua frase: “lésbicas não são mulheres”.

Aqui, o que é exposto são as formas com que a categoria lésbica está para além das categorias de sexo, ou seja, homem e mulher, e não configura-se, portanto, como uma mulher em condições econômicas, tampouco políticas e ideológicas (WITTIG, 2022, p. 38). E a razão por trás disso mora nos termos sociais para o que é considerado uma mulher, uma vez que esta construção é embasada pela;

[...] relação social específica a um homem, uma relação à qual chamamos anteriormente de servidão, uma relação que implica obrigação pessoal e física, assim como obrigação econômica (“residência forçada”, corveia doméstica, deveres conjugais, produção ilimitada de lhos, etc.), uma relação da qual as lésbicas fogem pela recusa de se tornarem ou permanecerem heterossexuais (WITTIG, 2022, p. 38).

Assim, o que a autora expõe em seu ensaio é que lésbicas são como foragidas de sua própria classe; mulheres que, sendo analisadas pelo contexto político-social do Brasil, foram rejeitadas de lutas feministas e em espaços predominadas por mulheres por não cumprirem os requisitos necessários para pertencer a estes grupos.

No entanto, a publicação no jornal, embora tardia, ainda impulsionou para que a necessidade de se fazerem visíveis aumentasse, ocasionando ao surgimento do grupo *Lésbico-Feminista* (LF), formado como uma ramificação da militância de lésbicas pertencentes ao *Somos* (LESSA, 2008, p. 302). Conforme explica a autora, a criação da primeira auto-organização de mulheres lésbicas do país marcou profundamente a urgência pela separação de lésbicas do movimento gay. As divergências acentuaram-se ao passo em que as participantes dissidentes do grupo LF, em discordância da organização dominante masculina, buscaram por

independência e, assim, fundaram o *Grupo de Ação Lésbica Feminista* (GALF) em 1981 (LESSA, 2008, p. 304).

Há, de fato, inúmeras inconsonâncias presentes entre teóricos, correntes e movimentos feministas, além de múltiplos grupos, acerca desse separatismo. Os apontamentos sobre a necessidade urgente de lésbicas vivenciarem as próprias lutas de forma independente, tendo em vista a pouca participação e interesse de pessoas exteriores a vivência lésbica, ou então a dependência de outras militâncias e grupos minoritários para que haja força conjunta e visibilidade, são defendidos ou amplamente criticados com base na perspectiva ao qual se olha para este fragmento histórico. Para contemplar a este questionamento, Frye aponta que;

Uma cultura hostil a qualquer sexualidade que não seja a missionária é, também, hostil às mulheres – a cultura é sexista, misógina e supremacista masculina. Por causa dessa realidade cultural, os mundos do que os clínicos chamariam de mulheres e homens “homossexuais” são muito diferentes: nós desviamos de normas muito distintas; nossos desvios estão situados de formas muito diferentes na visão de mundo e na estrutura política da supremacia masculina; nós não somos alvos das mesmas fobias e dos mesmos ódios. Se alguns de nós sentimos alguns fios de simpatia que nos conectam e, portanto, quisermos ser amigos das causas uns dos outros, a primeira coisa que deveríamos fazer é buscar um entendimento justo das diferenças que nos separam. (FRYE, 1983, p. 120, tradução nossa²).

Portanto, o reconhecimento do sofrimento e violência direcionados a um determinado grupo, no caso aqui contextualizados, o de homens homossexuais, é possível estar acompanhado também da ciência de que a homossexualidade nunca excluiria o desequilíbrio de poder entre homens e mulheres, principalmente em torno de uma força tão central e profunda nas raízes patriarcais (LESSA, 2018, p. 304). A emancipação de mulheres lésbicas em relação ao movimento gay diz respeito a uma busca para sair das sombras e margens às quais foram duplamente jogadas; um pontapé marcado por esvaziamento de reuniões e a resistência de mulheres sobre o “divisionismo”.

5.2 A caça às bruxas de mulheres lésbicas: censura do jornal “ChanaComChana”

Apesar das crises se fortalecerem ao declarar autonomia, é a partir dos anos 80 e 90 que há um rompante de expansão no movimento lésbico. E é especificamente no ano de 1981 em que foi criado um jornal dedicado exclusivamente a temáticas lésbicas. O boletim *ChanaComChana* se tratava de uma iniciativa do grupo *GALF* e da Rede de Informação *Um*

² A culture hostile to any but missionary sexuality is also hostile to women — the culture is a sexist, a misogynist, a male-supremacist culture. Because of this cultural reality, the worlds of what the clinicians would call “homosexual” woman and men are very different: we deviate from very differently in the male-supremacist world view and political structure; we are not objects of the same phobias and loathings.

Outro Olhar, onde é possível destacar a presença das militantes lésbicas Miriam Martinho e Rosely Roth (LESSA, 2018, p. 306).

Tendo o propósito de concretizar-se como uma crítica provocativa, transgressora e revolucionária, o jornal (Figura 1) carregava este nome em uma intenção de remeter a palavra “chance”, em um alusão às oportunidades de mulheres lésbicas expressarem suas ideias, sentimentos e opiniões; a tomada de outros sentidos a uma ofensa usada para degradá-las, “chanca”; e, por fim, aponta também para uma “chama” em relação a erotização do relacionamento lésbico (LESSA, 2018, p. 309).

Figura 1 — Rosely Roth (1959 - 1990) lê um exemplar de “ChanacomChana”



Fonte: Luiz Carlos Murauskas – 6. jan.1985/Folhapress

Além disso, a primeira edição consta que o jornal expande-se para um sopro de vida, vida esta que é negra, lésbica e ama cada faceta politicamente minoritária (JORNAL CHANACOMCHANA, 1981, p. 4). Tratava-se de uma fonte de denúncia objetiva e potencializadora para a retomada de espaços, como expresso em *Exercício de Liberdade*, escrito por Míriam Martinho:

Já temos conseguido alguma coisa. Conseguimos, com certeza, através da análise de nossa problemática, alterar um pouco ou muito, a vida de cada elemento do grupo. Conseguimos obter um espaço para as lésbicas no movimento feminista brasileiro e, também no mesmo, enfatizar a questão da sexualidade sempre tão esquecida. Conseguimos estimular a discussão sobre o feminismo no movimento homossexual, demonstrando estar a opressão do homossexual inteiramente ligada à dominação da mulher pelo homem. Conseguimos, em suma, pela primeira vez, dar condições para as mulheres homossexuais possam falar publicamente da marginalização a que são submetidas (JORNAL CHANACOMCHANA, 1981, p. 4).

As críticas em relação à exclusão de mulheres lésbicas finalmente tiveram seu espaço para serem expostas, porém as tentativas de censura ocorreram de diversas formas. Um episódio

marcante aconteceu em São Paulo no Ferro's Bar, sendo este fundamentalmente sustentado pela clientela lésbica, onde foi proibida a venda das edições do *ChanaComChana* (MARTINHO, 2012). Ao comercializar o jornal, as ativistas do *GALF* eram constantemente submetidas a agressões físicas, de forma que no dia 23 de julho de 1983 houve a concretização da tentativa de expulsão das militantes realizada por um dos donos do bar, um segurança e o porteiro (OLIVEIRA, 2017, p. 13).

É a partir deste contexto em que foi realizada a organização de um protesto fundamental para a história lésbica no Brasil, onde em 19 de agosto de 1983, as participantes do *GALF*, juntamente ao apoio de feministas e militantes gays, conseguiram forçar sua entrada no Ferro's Bar (Figura 2). Foi por meio deste ato político em prol da permissão para a volta das vendas dos boletins *ChanaComChana*, sendo importante frisar que a manifestação alcançou seu principal objetivo, que atualmente na mesma data é comemorado o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica (OLIVEIRA, 2017, p. 14). A data foi proposta na época do protesto, embora apenas 25 anos depois, em 2008, houve uma oficialização pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (MARTINHO, 2012).

Figura 2 — Rosely Roth no início da manifestação.



Fonte: Ovídio Vieira, 1983, Acervo Folha de São Paulo.

O marco da revolta do Ferro's Bar, entretanto, está indescritivelmente distante de ser a única forma explícita e documentada de perseguição às lésbicas. Rich, ao descrever as maneiras com as quais a heterossexualidade compulsória e o controle de homens sobre mulheres permanece vivo, diz de “[...] um conjunto difuso de forças, que vão desde a brutalidade física até o controle de consciência, o que indica que uma enorme força contrária em potencial está precisando ser reprimida” (2021, p. 48). De acordo com a autora, o apagamento da existência

lésbica na arte, literatura e cinema diz respeito a uma exemplo explícito de compulsão, reconhecidamente categorizando-se como um controle de consciência.

No Brasil, de acordo com os registros presentes na Comissão da Verdade (2004), pouco se conhece e se encontra sobre Cassandra Rios (1932 - 2002), escritora pioneira na ficção lésbica e responsável pela publicação de mais de 50 livros, aos quais 36 sofreram pela restrição de seu conteúdo, e que foram vendidos mais de um milhão de exemplares. Foi reconhecidamente a autora mais censurada ainda na época da Ditadura Militar, sob a acusação de que estaria influenciando jovens brasileiros, e comunidade em geral, “ao caminho da homossexualidade feminina”.

Conforme Fernandes (2015, p. 127 apud OLIVEIRA, 2017, p. 15), houve não somente uma apreensão dos livros em livrarias e gráficas, como estes também foram rasgados e ameaçados de serem queimados em praça pública por um delegado. Vale também ressaltar que os artistas e intelectuais que reconhecidamente estavam a frente das mobilizações contra os atos arbitrários da ditadura não estenderam suas lutas à violência sofrida por Cassandra, e os motivos para a ausência desse suporte apontam para a lesbianidade expressa nos livros (COMISSÃO DA VERDADE, 2014).

Além disso, outro paralelo entre Rich (2021) e as forças de controle físico e de consciência presentes desde a década de 1970 no panorama brasileiro, é com relação a caça bruxas, em seu texto descrito como ataques de desprezo até a exigência de morte deliberada de mulheres não casadas. Na Europa, nos séculos XV, XVI e XVII, foram queimadas e torturadas milhões de viúvas e mulheres solteiras durante a perseguição às mulheres acusadas de cometerem atos de bruxaria (RICH, 2021, p. 38). Rich expõe que diversas autoras compreendem e dissertam acerca da impossibilidade econômica das mulheres de fugirem de casamentos heterossexuais no período mencionado, abordando as punições impostas àquelas que rejeitavam este destino. Porém, a autora questiona a quantidade de teóricos que não reconhecem, ou chegam apenas perto de vislumbrar, a existência lésbica nestes contextos históricos.

No dia 15 de novembro de 1980, na cidade de São Paulo, foi construída uma operação comandada pelo delegado José Wilson Richetti em que o alvo eram lésbicas dos principais bares por elas frequentados, como o Ferros', Último Tango, Canapé e Cachação (OLIVEIRA, 2017, 16). Ao total, foram cerca de 200 lésbicas presas e obrigadas a pagarem por uma fiança para serem libertadas. A chamada “Operação Sapatão” é documentada unicamente por uma matéria escrita por Omar Cupini (1981), onde uma estudante anonimamente relata ter sido abordada à força no ponto de ônibus na rua (OLIVEIRA, 2017, p. 16). Segundo seu relato:

Só nesses bares a gente encontra gente como nós, só lá somos aceitas, estamos em casa. Até na Universidade de São Paulo, onde as pessoas se consideram avançadas, os homossexuais não são aceitos. Principalmente as lésbicas. No trabalho, quando descobrem, somos mandadas embora. Lá em casa minha mãe não consegue entender por que eu sou assim, por mais que eu tente mostrar a ela que estou bem assim, não tenho nada de anormal. (COLAÇO, 2009, p. 1).

A partir do seu depoimento, é imprescindível reconhecer as instituições por trás da manutenção da falta de segurança e espaços possíveis para a manifestação da existência lésbicas: sejam perseguidas pelas forças policiais, espaços acadêmico em faculdades, ou pelos círculos familiares; a perseguição às bruxas pode traduzir-se através dos séculos com a cassação de mulheres lésbicas até a contemporaneidade. Mesmo ao fim da ditadura, o risco direcionado à vida de lésbicas concentrou-se em diversas formas de apagamento, acentuada pela solidão e isolamento de seus movimentos autônomos (SOARES, 2014, p. 1442). Soares (2014, p. 1442), ao elencar três instâncias principais para mapear a passagem histórica de lésbicas pelo cenário político brasileiro, caracteriza este período como um momento de “institucionalização”, quando as organizações não governamentais promovem o aparelhamento estatal por meio de investimentos financeiros dos movimentos sociais.

É na década de 90 em que outro panorama cria forma no que diz respeito ao ativismo lésbico, surgindo múltiplas formas de atuação em grupo ou independentes, sendo elas em rede, articulações ou partidos políticos (SOARES; COSTA, 2012, p. 39), o que demarca, como será trabalhado mais a frente, formas de funcionamento que se perpetuam no contexto atual das organizações de mulheres lésbicas. E foi neste período, mais especificamente em 1996 no Rio de Janeiro, que culminou a realização do I Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE), em que cerca de 100 mulheres lésbicas compareceram para o debate político acerca da visibilidade, organização política, violência e direitos humanos (SOARES; COSTA, 2012, p. 39). Já em 2003, foi articulado a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL) durante o III Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, no ano de 2003, constituindo-se como uma rede feminista marxista centrada em lésbicas e bissexuais que conectam-se pelo país (SOARES; COSTA, 2012, p. 39).

Soares (2014, p. 1443) conceitua este terceiro momento dos anos 2000 como uma “popularização” dos meios digitais de comunicação e, conseqüentemente, de pequenos grupos e organizações de lésbicas no Brasil, o que gera tanto a despolitização e acomodação das lutas presentes nas décadas antepassadas, como também incute trocas e laços sociais de formas mais facilitadas. A presença do movimento lésbico expandiu-se com uma perspectiva “[...] mais propositiva e continuada na agenda política do movimento feminista brasileiro” (SOARES; COSTA, 2012, p. 40), participando de organizações mais gerais como A Articulação de Mulheres Brasileira (AMB), Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos

Reprodutivos (RFS); Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres Brasileiras; Plataforma Política Feminista e da Campanha por uma Convenção Interamericana dos Direitos Sexuais e dos Direitos Reprodutivos.

Apesar da ampliação dos rastros deixados por militantes e ativistas lésbicas na busca por direitos referentes a mulheres, a insatisfação de lésbicas feministas sobre o tratamento prestado a temáticas da lesbianidade segue constante. Quanto a isso, pode-se recuperar o episódio ocorrido em 1969, conhecido pelo momento em que a feminista heterossexual Betty Friedan, presidente da *National Organization for Women* (NOW), referiu-se a lésbicas como uma “Ameaça Lavanda” ao interagirem e se incorporarem ao feminismo, pois alegava que sua presença seria responsável por desviar outras mulheres do feminismo ao associa-lo como um movimento de mulheres masculinizadas, ou como chamadas em território brasileiro, de “sapatões caminhoneiras” (SOARES, 2014, p. 1443). O evento tornou-se exemplo de resistência e uma simbologia no feminismo lésbico a nível internacional, suscitando também revolta entre feministas lésbicas no Brasil. Após a distribuição do *Manifesto The Woman-Identified Woman* como sinal de protesto à fala de Friedan no II Congresso para *Unir as Mulheres*, o termo passou por uma reapropriação e ganhou um novo significado; um que remete aos processos de oposição de feministas lésbicas (RADICALESBIANS, 1970, p. 7).

A ameaça aqui exposta diz diretamente sobre o ataque à dominação da cultura masculina, que busca intermitentemente controlar, obstruir e apagar. Para que haja diversificadas tentativas de aniquilação e forças contrárias aplicadas, é indubitável que do outro lado deve existir uma subversão dotada de potências em saberes-fazeres, como no caso das respostas erguidas por mulheres lésbicas às violências a elas infligidas. Portanto, os segmentos históricos estão entrelaçados a via de mão dupla das resistências produzidas e das opressões elencadas a cada época.

6 LESBOCÍDIO E OS DISPOSITIVOS DE CONTROLE DE CORPOS LÉSBICOS

De mãos dadas comigo
 você me aconselha
 a não deixar que se metam entre nós
 a não deixar que se metam entre nós na rua.
 (Cheryl Clarke, 1986)

Ao adentrar às camadas da lesbofobia e as formas com que concretizam-se na realidade de mulheres lésbicas cada vez mais no decorrer dos anos, a categoria do lesbocídio deve ser vinculada a maior e mais direta ameaça a preservação da vida de lésbicas. Considerando o lesbocídio como a “[...] morte de lésbicas por motivo de lesbofobia ou ódio, repulsa e discriminação contra a existência lésbica” (PERES; SOARES; MARQUES, 2018, p. 19), é a partir da nomenclatura da especificidade destes crimes de ódio que há a possibilidade de visualizar as formas com que se manifesta e os padrões em que se repetem.

Nos dias atuais, se declarar lésbica no Brasil, ou ser forçada a “sair do armário”, não obrigatoriamente significa ser jogada diretamente na fogueira ou submetida a um exorcismo, sofrer agressões físicas públicas ou estupro corretivo, perder o trabalho ou meios de subsistência. Não obrigatoriamente quer dizer que essas violências irão tornar-se uma concretude, mas não exclui as probabilidades de que possam (PERES; SOARES; MARQUES, 2019, p. 42). Não se trata apenas de formas de tirar vidas, como será exposto em alguns casos que serão trabalhados, mas de humilhações e degradações em morte de diversas formas.

É importante frisar que os dados e casos de assassinato e suicídio de lésbicas no Brasil a serem vistos dizem respeito apenas àqueles que dispunham de certa atenção midiática e jornalística, conforme mapeado pelo *Dôssie sobre Lesbocídio no Brasil de 2014 até 2017* (2018), e não deve-se desprezar o fator de ocultação e não-nomeação destes crimes de ódio. Além disso, a recusa em direcionar o olhar para os crescentes episódios de violência contra mulheres lésbicas por parte das instâncias, sejam elas governamentais, jurídicas ou familiares, é vinculada ao fato de que as tentativas de extermínio são movidas por uma sustentação da hegemonia (PERES; SOARES; MARQUES, 2018, p. 19).

Foucault (1988, p. 127), ao dizer acerca dos privilégios dominantes sobre os direitos à morte e à vida, aponta para a sua raízes terem sido criadas a partir da disposição do direito sobre a vida de filhos e escravos concedida ao pai de família na Roma Antiga. Tratava-se de um poder extremo e amplo, pois o chefe da família “[...] podia retirar-lhes a vida, já que a tinha ‘dado’” (FOUCAULT, 1988, p. 127). De acordo com o autor, em sociedades como essa, o poder

compreende-se por meio primeiramente da apreensão das coisas, do tempo, de corpos, até que, por fim, da própria vida.

Foi a partir do século XVII que o poder sobre a vida foi dividido em duas principais formas, sendo a primeira centrada em corpos apresentados como máquinas, manifestado principalmente pelo adestramento, roubo de suas forças, expansão da utilidade e docilidade, além da integração aos sistemas de controles. Já a segunda, formada mais tardar no século XVIII, teve seu cerne no corpo-espécie, nas dinâmicas de “ser vivo” que atravessam o corpo e os processos biológicos que a ele envolvem, sejam por meio de nascimentos ou da mortalidade, do tempo de duração de vida e as condições necessárias para a variabilidade desta mesma temporalidade ou os níveis de saúde; processos estes que são “[...] assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma bio-política da população” (FOUCAULT, 1988, p. 131). São duas instâncias que dizem respeito aos poderes que as principais funções voltam-se para a manutenção da vida, seja anatômica ou biologicamente falando, e não mais sobre a morte.

Isso porque a potência morte, como Foucault expõe, pela qual o poder soberano se simbolizava, passa então a ser recoberta pela “[...] administração dos corpos e pela gestão calculista da vida” (1988, p. 131). Referem-se a processos que operam e fomentam os trâmites de segregação e hegemonia, categorizado pelo autor como um bio-poder: uma ferramenta do capitalismo que alimenta-se da docilidade produzida pelas instituições da família, exército, medicina e polícia. Garantindo, assim, uma hierarquia social, ao agir e tensionar forças para assegurar as relações de dominação. O bio-poder, presente na teoria foucaultiana, traz a tona os pilares da dominação que repercutem diretamente nos casos de extermínios de mulheres lésbicas, pois é a partir dos reflexos das modificações de visões sobre a vida, o biológico e a morte, que torna-se possível adentrar as múltiplas camadas do lesbocídio. Neste sentido, Foucault ainda ressalta que;

[...] [se] aprende pouco a pouco o que é ser uma espécie viva num mundo vivo, ter um corpo, condições de existência, probabilidade de vida, saúde individual e coletiva, forças que se podem modificar, e um espaço em que se pode reparti-las de modo ótimo. Pela primeira vez na história, sem dúvida, o biológico reflete-se no político; o fato de viver não é mais esse sustentáculo inacessível que só emerge de tempos em tempos, no acaso da morte e de sua fatalidade: cai, em parte, no campo de controle do saber e de intervenção do poder. (FOUCAULT, 1988, p. 134).

É indispensável a noção política em relação a vida e a saúde de mulheres lésbicas. O ódio a lésbicas existe como uma roda essencial para o patriarcado, pois sustenta, ainda, um motivador bastante recorrente ao se analisar o lesbocídio, que consiste na conclusão de que lésbicas não estariam submetidas a poderes específicos e exclusivos a homens, poderes que

inclusive estão presentes nas suas relações construídas com grande parte das mulheres (PERES; SOARES; MARQUES, 2018, p. 20). Para as autoras, isso significa que lésbicas seriam vistas como uma ameaça. Um sinal de perigo. A forma encontrada por alguns dos homens, pois as estatísticas de lesbocídio apontam para os homens como principais responsáveis por cometerem tais violências, abarca justamente a morte direta e brutal destas mulheres. Falar de lesbocídio é, por conseguinte, falar de um dispositivo de controle. Consiste em uma rede que conversa com cada campo mencionado.

Foucault, ao situar o sentido metodológico de dispositivo, demarca três principais pontos. O primeiro versa sobre um conjunto heterogêneo que irá abarcar o conjunto de discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentadoras, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas (1979, p. 138). Com base no autor, o segundo corresponde ao discurso que pode surgir como um programa de uma instituição, ou então como um elemento que abre margem para justificar uma prática que permanece muda; entre estes elementos, discursivos ou não, é tecido um jogo, que contém mudanças de posições e funções. Por fim, o dispositivo caracteriza-se por ser uma espécie de formação que, em algum momento histórico, teve como função essencial responder a determinada urgência (FOUCAULT, 1979, p. 139). O dispositivo intrinsecamente tem a função estratégica dominante; da mesma forma, o lesbocídio tem, em si, o seu cerne em uma forma de domínio.

Ademais, debater o lesbocídio, como uma tipificação específica para determinar os casos, fala diretamente sobre uma questão de saúde pública e coletiva, pois;

a capacidade dos homens de demonstrar por meio de atitudes como o feminicídio e o lesbocídio a crença de que as mulheres e as lésbicas são seres inferiores que podem ser manipulados como eles preferirem é um traço machista arraigado em nossas culturas contemporâneas que contraria as premissas mais básicas da defesa de direitos humanos universais. (PERES; SOARES; MARQUES; 2018, p. 21).

6.1 É preciso ter nome para entrar no discurso: tipificações do lesbocídio

A carência de dados específicos para casos de lesbocídio respalda não somente a impunidade dos agressores, mas também o apagamento dos rostos das vítimas e o silenciamento de familiares e comunidade em geral. O *Dossiê sobre Lesbocídio no Brasil*, fruto da pesquisa intitulada *Lesbocídio – As histórias que ninguém conta* foi uma iniciativa do Núcleo de Inclusão Social (NIS) e do Nós: dissidências feministas, vinculado a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), além de ser responsável por mapear casos de lesbocídio até o ano de 2017 e, atualmente, configura-se como o documento mais recente e abrangente para os debates, ações

e protestos mobilizados sobre os crimes de ódio contra lésbicas nos últimos anos. Porém, apesar da importância do documento referente a uma preocupação sobre a quantidade crescente de mortes de lésbicas por assassinato no Brasil, a existência de um único registro é vinculada ao quão pouca urgência é prestada a falta de garantia do direito civil e fundamental a uma vida digna.

Em relação ao feminicídio, é possível afirmar com base em Peres, Soares e Marques (2018, p. 22), que as mortes de mulheres acontecem em menor quantidade do que em relação aos homens, porém tem suas motivações amparadas pela misoginia que antecede o assassinato, o que configura a maioria destas mortes um caráter de inevitabilidade. No que tange aos dados estatísticos divulgados sobre a violência contra mulher, há uma notória falta de especificidade de informações sobre a sexualidade das vítimas. No que concerne às métricas sobre a mortalidade de mulheres por via da violência, a fonte principal de informações do Poder Executivo Federal é o Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, que, como é possível verificar, não disponibiliza quaisquer recortes sobre a orientação sexual no registro dos óbitos (FIRMINO, 2020, p. 3).

Mulheres lésbicas existem em todas as raças e etnias, classes, religiões, regiões, idades e culturas. A omissão destes fatores implica no distanciamento da realidade das mortes que as atingem. Miñoso (2022, p. 388) aponta que, em termos do debate da interseccionalidade, o movimento feminista esbarra em tensões sobre a necessidade de reconhecer as múltiplas opressões vivenciadas por mulheres, ao passo em que estas assumem diversas identidades. Ao falar da perspectiva da interseccionalidade, é indubitável reconhecer a co-constituição que interliga raça, gênero e sexualidade, uma vez que “[...] a transição da colonização para a colonialidade em uma questão de gênero centra a complexidade das relações constitutivas do sistema de poder capitalista global (dominação, exploração)” (LUGONES, 2012, p. 134). Posto de outra forma, raça, portanto, não seria separável nem mesmo secundária à opressão do gênero, e sim co-constitutiva. Para Miñoso;

A ilusão de uma identidade comum entre as mulheres levou a uma política de representação que reproduz o sistema de exclusão e privilégio entre as próprias mulheres, dependendo do grupo de identidades de outro tipo (raça, etnia, classe, opção sexual) que elas assumam. (MIÑOSO, 2022, p. 388).

A herança da tradição oriental imbrica, de acordo com a autora, uma impossibilidade de superar o tratamento compartimentado e paralelo da opressão, mesmo sob a disputa de teóricas não-brancas em se firmarem fora do âmbito eurocêntrico. Portanto, as estratégias adotadas por feministas negras apontam justamente para as incorporações das classificações de exclusão por

raça, articulando e interligando os diferentes regimes e categorias de opressão. Em face do exposto, apesar das limitações reconhecidas nas estratégias utilizadas, não há como negar que existem especificidades e particularidades acerca das manifestações das opressões e como aparecem para determinados segmentos de mulheres. Peres, Soares e Marques (2018, p. 23) reafirmam a necessidade de explorar as vivências de uma pessoa ou grupo étnico cultural alvo de mais de uma opressão. As pesquisas devem retornar o olhar, por exemplo, ao homicídio de lésbicas indígenas, que sofrem de uma dupla invisibilização pela ausência quase totalitária nas estatísticas.

Por outro lado, Miñoso (2022, p. 402) contrapõe a forma com que, apesar das inúmeras estratégias de incorporar a categoria de exclusão por raça no discurso das identidade dentro do feminismo, ou mesmo exterior a ela, como seria o caso do debate público sobre as estatísticas do lesbocídio, mulheres negras, indígenas e lésbicas permanecem “[...] alocadas nos painéis de acordo com a representação de sua dita identidade e não pelo valor de seus discursos e contribuições teóricas que, quando ocorrem, elas nunca são identificadas por sua identidade particular” (p. 415). Pode-se expandir este panorama sustentando que a estas mulheres, nessas circunstâncias, não apenas sejam desconsideradas de serem valoradas por seus discursos e contribuições, mesmo ao dizerem sobre a subjugação e repressão às quais são submetidas, como também a elas é negado o valor de suas próprias vidas.

A fim de perscrutar as formas com que o lesbocídio se materializa, demarcando um passo essencial para pôr em relevo a temática, o *Dossiê* delimita uma tipificação dividida em seis categorias para alcançar um melhor nível de aprofundamento. O primeiro tipo, os lesbocídios declarados, são casos onde as motivações erguidas unicamente por uma reprovação da existência lésbica são escancaradas pelo agressor e facilmente percebidas pela polícia (PERES; SOARES; MARQUES, 2018, p. 27). Apesar das comprovações baseadas em evidências e depoimentos serem exigidas nas instâncias jurídicas, é inegável pressupor a quantidade de lésbicas que são mortas apenas por serem reconhecidas, seja em casa, na rua ou no trabalho, como lésbicas.

Ao falar do segundo tipo, os lesbocídios como demonstração de virilidades ultrajadas, abre-se a possibilidade de trabalhar com um recorte de mulheres lésbicas que, consoante a intersecção entre gênero e sexualidade, são sujeitadas a múltiplos atos de ódio; isto é, as chamadas “caminhoneiras”, *butchs* ou mulheres “desfemilizadas”, podendo serem descritas como mulheres cujo modo de existir distancia-se das representações típicas socialmente atribuídas ao feminino. Isso em razão das ocorrências onde casais heterossexuais passam por uma separação e, após o término, a mulher relaciona-se com uma lésbica, sendo esta

comumente uma lésbica não-feminilizada. Nestas situações, o homem possivelmente expressa de sua indignação virilocêntrica por meio do assassinato da lésbica, ou mesmo de sua ex-companheira (PERES; SOARES; MARQUES, 2018, p. 28). É uma forma de exercer controle, uma vez que;

Na tentativa de reverter o que ele percebe como uma situação humilhante, ou seja, ter sido trocado por um “homem incompleto”, no caso, a lésbica não-feminilizada, o ex-marido/namorado/companheiro comete o assassinato, como forma de penalizar ambas e de vingar-se, mostrando que apesar de incapaz de conquistar a mulher ele é capaz do exercício viril de determinar quais mulheres vivem e quais morrem. (PERES; SOARES; MARQUES, 2018, p. 28).

Aqui, é incontestável observar como a experiência lésbica se expressa por uma multiplicidade, em que os marcadores raciais, sociais e a leitura de gênero sobre os corpos são determinantes que perpassam as vivências destas mulheres. Principalmente tratando-se do corpo *desfem*, a lesbianidade é algo que não pode ser ocultado, uma vez que pode ser lida pelas roupas usadas, pelo cabelo, modo de vestir-se e colocar-se no mundo.

Wittig (2022) fala de um orgulho latente acerca da acusação de não ser considerada uma “mulher de verdade”, pois aponta para uma não obviedade dos agressores em reconhecerem o que seria uma mulher, “[...] já que, para ser mulher, é preciso ‘ser de verdade’” (p. 31). Ao mesmo tempo, há, como foi evidenciado acima, a alegação de que *caminhoneiras* estariam então tentando ser homens. Existe uma dicotomia perceptível na esfera da inconformidade com o modelo normativo de feminilidade; isso porque ao se negar a ocupar o lugar do que é visto como feminino, a mulher *desfem* adota uma posição transgressora, subversiva e, sem dúvidas, repleta de potencial político.

No entanto, o mesmo potencial não é ausente de colocá-las em risco e vulnerabilidades tangíveis no que diz respeito aos atos de lesbofobia. Em 2017, ano em que foram registradas 54 mortes de lésbicas no Brasil, culminando no aumento de mais de 237% do número de casos desde 2014, um percentual de 54% dos casos de morte de lésbicas foi relativo a mulheres não-feminilizadas. Uma estatística que não somente refletia os anos anteriores, mas que surgiu ainda mais agravada no ano antecessor, em 2016, sendo totalizado 69% das mortes (PERES; SOARES; MARQUES, 2018, p. 63).

São dados que representam as maneiras com que os olhares, por exemplo ao usarem o banheiro feminino, os xingamentos e as ameaças ao saírem na rua com suas companheiras ou mesmo sozinhas, direcionados às estas mulheres pela forma com que apresentam-se socialmente não se restringem apenas aos riscos, e sim às exposições consubstanciadas de perigo a vida. Ainda nos recortes subsistentes no lesbocídio, é possível constatar que cerca de 42% das vítimas registradas entre 2014 e 2017 eram negras (PERES; SOARES; MARQUES,

2018, p. 77). Consistem em informações que escancaram a maneira com que as mortes de lésbicas negras ou indígenas, por múltiplas vezes, sequer serão noticiadas ou registradas, uma vez que há uma clara divergência entre o número superior de morte de mulheres brancas e as estatísticas de mortalidade com recorte de raça e etnia gerais divulgados no Brasil (FIRMINO, 2020, p. 2).

A forma com que a interseccionalidade expressa-se ao se falar do lesbocídio, e como determinados tipos de corpos são favorecidos em detrimento de outros, pode ser exemplificada pelo caso de Luana Barbosa, uma mulher lésbica, negra e caminhoneira, que em 2016 foi assassinada aos 34 anos de idade por três policiais que a espancaram após ser parada na rua enquanto levava seu filho, que presenciou a cena da violência, para a escola. O processo foi arquivado, enquanto os policiais envolvidos no crime permaneceram em liberdade, embora a ONU Mulheres e o Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos houvessem pedido para que fosse realizada uma investigação imparcial (PERES; SOARES; MARQUES, 2018, p. 54). Seu caso é extremamente emblemático, uma vez que;

[...] neste país, onde os corpos negros sempre foram vistos como desobedientes, o corpo de Luana Barbosa, sua existência enquanto uma pessoa negra que também desobedecia as regras de gênero e sexualidade, que desobedecia a heteronormatividade, foi enquadrado justamente por não caber nessa formatação binária do Estado, deixando, como já referimos acima, a marca de mais um corpo negro caído no chão. (FIRMINO *et al.*, 2022, s/p).

Conforme Lorde (2009, p. 39), o silêncio é uma dos pilares para a desproteção das vítimas, expandindo-se às lésbicas negras. Trata-se do mesmo silêncio que, por décadas estendidas, apagou e subjugou as trajetórias de mulheres lésbicas, punindo-as com a morte; sem acesso às informações, quantitativos ou às formas de manifestação destes episódios, o lesbocídio permanece um fenômeno sem possibilidades concretas de prevenção.

À luz disso, a separação das categorias também aprofundam-se nas relações, ou na ausência de vínculos, dos agressores e das vítimas; traçando padrões de identificação sobre como a violência opera em diversos contextos. Em casos de lesbocídio cometido por parentes homens, há, por exemplo, uma clara demonstração do poder patriarcal, responsável por conceder aos homens a plena convicção de possuir seus direitos sobre as mulheres da família, bem como o gerenciamento da morte e vida pelo inconformismo quanto à lesbianidade de familiares (PERES; SOARES; MARQUES, 2018, p. 29).

Com base no pensamento de Rich (2021), não se pode negar que as raízes da heterossexualidade compulsória perpassam por cada esfera de manifestação do lesbocídio. Isso porque é uma lógica fomentada pela premissa de que os homens têm total e livre acesso ao

controle dos modos de existência destas mulheres e que, caso a elas seja ameaçado este domínio, como ocorre por exemplo quando uma mulher dentro de um núcleo familiar assume uma relação afetiva com outra mulher, os agressores sentem-se no direito de recorrer à diversas formas de aniquilação. Ou, nas palavras de Rich, é imprescindível pensar “[...] a instituição da heterossexualidade em si como uma cabeça de ponte da dominação masculina” (2021, p. 33).

Uma dominação que independe de quaisquer vínculos afetivos-sexuais ou consanguíneos, como evidenciado pelo quarto e quinto item das categorias do lesbocídio. Entre os nomes presentes nas estatísticas divulgadas de 2015, o caso de Marcele Ferreira ilustra esta realidade: Marcele, uma lésbica desfem que residia em Garulhos, na Grande São Paulo, foi assassinada e teve o corpo parcialmente enterrado próximo à sua casa pelo próprio vizinho; sendo encontrada quatro dias após seu desaparecimento, sem vida, por sua irmã. Nestas violências, podem ser apresentados como agressores não somente vizinhos, como no caso de Marcele, mas colegas de infância ou trabalho, amigos íntimos ou conhecidos que participem do dia-a-dia e convivam com a vítima.

Porém, também existem casos de assassinos que não possuem conexão alguma com a mulher lésbica, em que as suspeitas criadas por meio de investigações indicam uma provável perseguição e localização da vítima por parte do autor do crime. Sejam quais forem as relações estabelecidas que precedem estes crimes de ódio, as motivações giram em torno da manutenção da heterossexualidade. Na família, muitas vezes o lesbocídio é movido pela busca da preservação de uma imagem pública tradicional pautada em uma visão hegemônica, mas também existem os casos onde o exercício de poder dos homens amplifica-se para a comunidade como um todo, em que eles consideram-se responsáveis pela decisão e ação de eliminar “[...] a figura da lésbica enquanto alguém que polui o bairro, que corrompe as memórias da turma da escola ou que constrange o ambiente de trabalho” (PERES; SOARES; MARQUES, 2018, p. 29).

Ao pensar em atos de lesbofobia em suas formas mais viscerais, é possível recordar o assassinato recente de Ana Caroline, que ocorreu em dezembro de 2023, e provocou uma intensa onda de mobilização social em protestos e revoltas (Figura 3) que denunciavam tanto a brutalidade dirigida ao corpo marcado como lésbico, como a cumplicidade institucional e comunitária em recusarem-se a reconhecer as raízes dos crimes contra a vida de mulheres lésbicas.

Figura 3 — Ato de protesto por Ana Caroline em São Paulo



Fonte: Alessandra Anselmi

Segundo a denúncia do MPMA (Ministério Público do Estado do Maranhão), Ana Caroline, uma jovem de 21 anos, retornava a sua casa de bicicleta após sair do trabalho, quando foi seguida por Elizeu, que pilotava uma moto. O crime ocorreu em uma estrada vicinal, onde o agressor asfixiou a vítima ao atacá-la, e em um ato de extrema violência arrancou a pele de seu rosto, os olhos, as orelhas e parte do seu couro cabeludo. Apesar de não ter sido reconhecido pelo júri como lesbocídio, a advogada Luanna Lago, assistente de acusação do Ministério Público e representante da família da vítima, reafirma a necessidade da classificação específica do crime ao dizer que;

Esperamos que um dia essa qualificadora do lesbocídio seja uma realidade, porque hoje nós trabalhamos essa qualificadora dentro do feminicídio. Um dia nós gostaríamos que isso fosse uma realidade específica, que reconheça esse mundo de mulheres que são ainda mais vulneráveis. (BENTO, 2025, s/p).

A luta pela visibilidade e repercussão do caso de Ana Caroline conversa diretamente com o desgaste e medo que permeia o cotidiano de mulheres lésbicas, pois, para além do poder masculino garantido pela via da destruição dos documentos referentes a existência lésbica apontado por Rich (2021), a morte como punição para o ser-lésbica concerne na medida mais agressiva para mantê-las sem história ou lastro, dependentes da visão e dominação masculina. Com respaldo nisso, a maneira como a mulher lésbica é socialmente enxergada como criminosa ou pecaminosa, sendo a lesbianidade considerada uma experiência que não disvincula-se em momento algum de aspectos socioeconômicos, culturais e políticos, que conjuntamente constroem a subjetividade de cada lésbica, culmina nos dados do lesbocídio que referem-se a última tipificação, o suicídio. Isso pois;

[...] o preconceito expresso em palavras e atos é a parte visível de valores e estruturas que sustentam a comunidade da qual as lésbicas serão sempre forasteiras. Ser lésbica

é compreender que não existem espaços feitos para você e que sua existência nunca será validada pelo entorno social. Ao contrário, existirá sempre a necessidade de provar-se útil, íntegra e capaz, apesar da sua condição lésbica. (PERES; SOARES; MARQUES, 2018, p. 30).

Segundo o que foi exposto, a subjetividade da mulher lésbica é atravessada pelo isolamento decorrente da falta de espaços e convívios sociais que não estejam permeados pelo pensamento lesbofóbico. À medida em que estas mulheres não encontram amparo ou acolhimento em suas famílias, círculos de amizades, ambientes acadêmicos e laborais, ou mesmo uma rede de apoio em suas localidades, o vínculo com o próprio mundo corre risco de ser rompido conforme o quadro de solidão experimentado se agrava. A experiência lésbica em si é, de fato, muita vezes marcada pela solidão.

Ao não se reconhecerem em referências positivas durante o desenvolvimento de suas identidades, frequentemente mulheres crescem com uma ausência extrema de significados para a lesbianidade que não sejam de reprovações ou retaliações (PERES; SOARES; MARQUES, 2018, p. 31). Zanello (2018, p. 83) reitera como a única visão de amor possível na presente cultura tem sua base fundamentada na moral sexual da heterossexualidade. Durante a infância e a adolescência, meninas entram em contato com as tecnologias de gênero por meio de revistas, músicas e novelas, sendo constantemente bombardeadas por referências de um amor direcionado exclusivamente aos homens.

É neste processo que aprendem que o maior valor atribuído à vida de uma mulher é ser amada e escolhida por um homem (ZANELLO, 2018, p. 92). Em contrapartida, a lesbianidade, ou o amor entre mulheres, aparece em representações durante filmes, um exemplo evidente e eficaz da tecnologia de gênero ao propagar o dispositivo amoroso no processo de construção de subjetividade, que quase sempre conduzem as tramas para fins trágicos: lésbicas são assassinadas, casais de mulheres queimados ou enforcados, personagens submetidas a diferentes formas de violência, expulsas de seus lares ou levadas a tirarem a própria vida. De fato, a tragédia e morbidez envoltas das referências sobre mulheres lésbicas não é desvinculado da realidade. Porém, concomitante, é possível erguer a questão: Quais são os efeitos para estas meninas crescerem sem uma imagem de si mesmas que fosse benéfica?

No ano de 2017, uma porcentagem de 38% da morte de lésbicas refere-se ao método de suicídio. É um fenômeno observado, de acordo com as estatísticas, em todas classes sociais, categorias e regiões; sendo agravado especialmente na fase da adolescência, onde inicia-se uma etapa da socialização feminina reconhecidamente caracterizada por questionamentos sobre si e os relacionamentos construídos, porém, acompanhada diversas vezes por inúmeras pressões

para a manutenção da heterossexualidade. Sobre isso, faz-se necessário resgatar o que Miñoso propõe ao dizer que;

[...] é precisamente disso que trata a questão da visibilidade e da sua importância. Quando algo tem nome, quando algo é objeto de discurso, também adquire o estatuto de possível. Em uma sociedade em que ser mulher significa estabelecer uma relação de dependência afetiva, emocional e material com um homem, a existência tácita de “mulheres” que desobedeceram ao mandato não é um fato menor. A inexistência da figura lésbica na história moderna não é acidental e tem a ver com o silenciamento forçado a que cada uma de nós foi condenada. Vivemos diariamente esse silenciamento e aprendemos a impô-lo a nós mesmas. (MIÑOSO, 2022, p. 1793).

Assim, as inúmeras rejeições e reações hostis sofridas por meninas e mulheres ao começarem a se assumir lésbicas publicamente são contrapostas por um “manter-se no armário”, foras de vista e sem possibilidade de existência, que geram igualmente sentimentos de desamparo, desesperança ou mesmo a perda de sentido com a própria vida. De acordo com o Código Penal, art. 122, “induzir ou instigar alguém a suicidar-se ou prestar-lhe auxílio para que o faça [...]” é configurado como um crime (BRASIL, 1940). Portanto, o suicídio de lésbicas pode ser lido como um crime de ódio coletivo, responsabilizado pela comunidade como um todo ao negar àquela mulher as condições mínimas de desenvolver sua vida e papel de forma plena socialmente.

Diante destas considerações, frente às tensões sociais e das realidades aqui postas como frequentemente silenciadas e invisibilizadas, quais seriam então as possibilidades de resistência? De que maneira configuram-se as formas de vida e resistência de mulheres lésbicas em um cenário marcado pela hostilidade e ausência de perspectivas concretas de segurança? Ao pensar nestes questionamentos, é possível resgatar o que Miñoso (2022, p. 1806) traz ao falar que o silêncio, por vezes, pode parecer um caminho mais fácil e munido de menos perigos, embora certamente não o mais feliz, ou mesmo livre. Mostrar-se como uma mulher lésbica, como ela pontua, é um caminho que envolve múltiplos riscos, mas, sobretudo, é um processo de libertação necessário para ser vivido.

7 GRUPOS E COLETIVOS LÉSBICOS DE RESISTÊNCIA NO NORTE E CERRADO BRASILEIRO

O significado do nosso amor pelas mulheres é o
que devemos expandir constantemente.
(Adrienne Rich, 1977)

A resistência de mulheres lésbicas assumiu diversas formas e camadas ao longo dos séculos. Como já foi exposto, não faltaram tentativas de dominação e cassação contra aquelas que recusaram a submissão ao modelo hegemônico da heterossexualidade. Rich (2021, p. 114) enfatiza que, muito antes da emergência de qualquer movimento feminista, ou mesmo da possibilidade de sua existência, lésbicas já povoavam esta terra: mulheres que amavam mulheres e rejeitavam seus papéis predeterminados de relações definida para e por homens. Assim, esta existência só pôde começar a ser registrada na literatura e na arte por meio da mão de outras lésbicas.

Tal parâmetro permite compreender o processo que culmina no cenário atual da política ativista lésbica, em que coletivos, grupos, ofícios e atos são organizados, conduzidos e liderados por lésbicas de diferentes estados do Brasil. São espaços nos quais o viés político e teórico se constrói, sobretudo, a partir do compartilhamento de vivências, saberes e afetos. Trata-se de uma visibilidade erguida, primeiramente, pelo olhar de cada uma sobre a outra. Miñoso, ao dizer da significação de uma mulher lésbica conseguir se enxergar e reconhecer no mundo, irá afirmar que;

De resto, há o gesto, o gesto político, o ato de libertação coletiva, o compromisso com a transformação da vida das mulheres em geral. Para cada lésbica que se mostra, há, pelo menos, uma menina que sabe, o que estava condenada a não saber. É por tudo isso que o caminho da visibilidade é potencializador para cada uma e para todas. (MIÑOSO, 2022, p. 1807).

O potencial supracitado, em caso dos grupos e coletivos a serem vistos a seguir, pode dizer de uma construção de espaços de acolhimento que tão recorrentemente são negados a mulheres lésbicas. A política e a subjetividade estão entrelaçadas nestes movimentos sociais e na realização de suas perspectivas atividades, sejam elas com enfoque artístico, protestante ou ambos, reconhecido como “ativismo”, pois;

A arte feminista ampliou e aprofundou toda a noção de “arte política” ao incorporar o elemento da transformação pessoal, autobiografia, conscientização e social, o que levou eventualmente à noção ainda mais ampla de “o político é pessoal” – ou seja, uma consciência de como eventos locais, nacionais e internacionais afetam nossas vidas individuais (LIPPARD, 2024, p. 199).

Perante a isso, é possível afirmar que o caráter coletivo construído em grupos adentra a esfera da individualidade, assim, os efeitos identitários produzidos também interagem com as elaborações subjetivas de identificação e pertencimento. Ademais, ao abordar os grupos, redes e coletivos existentes no Norte e Cerrado brasileiro, deve-se manter a perspectiva de que há um duplo processo de invisibilização presente não somente em produções científicas e acadêmicas, como também em dimensões históricas, culturais e midiáticas. De um lado, é possível encontrar diversas lacunas relacionadas à realidade desta região; de outro, nota-se a escassez de estudos que sejam centrados na lesbianidade.

Assim, apesar da presença e resistência dos movimentos sociais protagonizados pelos diversos grupos lésbicos e nortistas existentes, pouca atenção é direcionada a estes processos de resistência. E a atenção dedicada, é importante ressaltar, parte majoritariamente de pesquisadoras que têm suas raízes na região Norte. Deve-se frisar a urgência das discrepâncias e ausências omitidas no campo da sexualidade de mulheres nortistas, visto que;

Diante desse panorama, a análise da complexidade histórica da mulher e de sua sexualidade na região Norte do Brasil revela um intrincado mosaico de desafios ao longo do tempo. Desde o ciclo da borracha até as dinâmicas contemporâneas, as mulheres enfrentaram situações de exploração, migrações massivas e a imposição de padrões heteronormativos. (ANDRADE *et al.*, 2024, p. 63).

Ao falar de resistência no Norte, dois exemplos referem-se às coletivas ativistas localizadas em Belém, no Pará, nomeadamente reconhecidas por Sapato Preto Amazônida e a rede ALAMP (Articulação de Lésbicas da Amazônia Paraense). Os registros aqui trabalhados partem da mais facilitada fonte de acesso às movimentações de ambos os grupos, o Instagram, que disponibiliza de imagens, fotografias, vídeos, fotomontagens, além de outros formatos digitais utilizados como ferramentas. Os conteúdos presentes em redes sociais não apenas podem ser considerados como um repositório de arquivos, mas também um espaço estratégico de baixo custo para a ampliação das informações de modo não limitado geograficamente; o que pode ser comparado, de certa forma, com os boletins informativos que eram impressos em horário informal na década de 1970 de maneira barata e facilitada pelas organizações de base (SALIMOS, 2024, p. 92).

O Sapato Preto Amazônida foi criado em maio de 2018, segundo a co-fundadora, Darlah Farias, a partir da realização de que, apesar de participar de diversos coletivos e frentes que debatiam os mais variados tópicos, nenhum voltava seu olhar para a temática específica sobre a vivência de mulheres negras e lésbicas, tão importante quanto a pauta territorial. Isso porque, segundo Farias (REDE, 2021), falar de território não envolve somente a percepção física do mato e da água, trata-se de um território expropriado, explorado, que interfere diretamente na

forma como a mulher lésbica irá viver. A ativista destaca sobre como a experiência deste corpo a partir do território amazônico é única. É imprescindível destacar que, embora esta pesquisa incida sobre a mesma região no país, a importância das observações de Farias aponta para a necessidade de explicitar de que lugares cada mulher lésbica fala, age e caminha, pois cada território comporta especificidades próprias.

Frente a isso, ao passo em que as ativistas realizavam múltiplas atividades, rodas de conversa e debates sobre o corpo lésbico, envolvendo maternidade, saúde mental, moradia, empregos e renda, o grupo começava a endossar um aspecto macro. Farias, ao destacar o crescimento do coletivo, diz que;

O nosso maior objetivo de fato é trazer justamente esse diálogo de falar de experiências lésbicas a partir dessa visão de um corpo negro [...]. Quando a gente fala de uma mulher sapatão, precisa entender que não tá falando só de uma mulher que beija outra mulher, que ama outra mulher. A gente está falando de uma mulher que quebra todo um sistema patriarcal, machista, misógino (REDE, 2021, 25 min).

Trata-se, de acordo com a ativista, de uma mulher que incorpora aquilo que ela não deveria ser. Assim, “ao falar de mulher sapatão preta, a gente tá falando da revolução da revolução” (REDE, 2021, 24 min). O que diz diretamente sobre a necessidade da coletiva em se firmar em uma composição apenas de mulheres negras. Porém, com o objetivo de ampliar o alcance e o número de integrantes às atividades voltadas para mulheres lésbicas e bissexuais, as coletivas Sapato Preto Amazônida e Coletiva LesboAmazônidas articularam-se em conjunto para promover os *dez dias de Ativismo Lésbico Amazônida*, o que culminou na criação da Rede ALAMP. Primeiramente, a Rede ALAMP surgiu em 2021 e reunia lésbicas paraenses de várias raças e etnias como uma extensão que ambas as coletivas mencionadas acima criaram ao entrarem em conexão, mas, ao passo em que o projeto ganhava maior proporção, pôde consolidar-se com um nome próprio nas redes sociais e possuir um caráter autônomo.

O Ativismo Lésbico da Amazônia Paraense efetivou-se como um evento com edições regulares, onde as programações giram em torno da expressão de demandas de mulheres lésbicas por intermédio de saraus, rodas de samba, marchas, cine debates, clubes de leitura e outras diversas formas de manifestações. São mobilizações passíveis de relação a teoria de Rich (2010), pois o “*continuum* lésbico” demarcado pela autora concerne na experiência do vínculo, dos afetos, das identificações e compartilhamento da vida entre mulheres. As relações estabelecidas podem ou não ter um cunho sexual, portanto, a comunidade criada pela Rede ALAMP caracteriza-se como um exemplo de cumplicidade e amor partilhado por mulheres e dotado de uma existência política.

Frente a isso, no formato online, uma ferramenta indispensável durante a pandemia da COVID-19 em 2020, as integrantes da Sapato Preto mediarão, em agosto, as celebrações da visibilidade lésbica por meio de diversos diálogos que abordaram, entre outras temáticas, os ativismos regionais. Karina Custódio, artista militante na Rede CANDACES (Rede Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais Negras Feministas) e uma das convidadas para as rodas de debates, sinalizava em sua fala acerca da escassez presente no Tocantins, especialmente em Palmas, quanto a militância lésbica (SAPATO, 2020, 4 min). Destaca, ainda, o cansaço presente em mulheres ativistas do município pela sobrecarga de atividades com pouca aderência da comunidade, além dos riscos tangíveis de perseguições. Trata-se de uma cidade dominada por população majoritariamente religiosa, mostrando-se um cenário inseguro para mulheres lésbicas (BARSOUMIAN; CASTELLO, 2018, p. 113). Há, de acordo com múltiplas narrativas;

[...] rotatórias demais e pouca acessibilidade para pedestres, [...] ouvimos relatos de lésbicas que não consideram andar sem automóvel e lamentam as mulheres que não têm acesso ao mesmo privilégio. Também houveram histórias de lésbicas provindas do interior do estado, com a necessidade de fugir das violências que sofriam, inclusive da própria família, e que buscam na capital melhores oportunidades de existência. No entanto, essa capital impõe a “política do armário” como possibilidade e as lésbicas que desafiam essa imposição correm riscos de perseguições – incluindo suas vidas profissionais – como o caso de uma das participantes do projeto que perdeu o emprego, por conta de seu ativismo. (BARSOUMIAN; CASTELLO, 2018, p. 113).

Apesar do medo infiltrado nas vivências do dia a dia destas mulheres, o evento que recebe o nome de “COLA SAPATÃO” foi realizado na cidade de Palmas em março de 2018 e reuniu, a princípio, quinze participantes. Tendo sua idealização partindo de Dani Barsoumian e Ana Castello, ambas educadoras autônomas, a finalidade do projeto tem seu cerne na conexão e integração de mulheres lésbicas, individual e coletivamente, a partir de seus desejos, trocas e ações artísticas. Os encontros envolveram a criação de imagens e símbolos significativos para lésbicas (Figura 4), leituras de depoimentos pessoais sobre serem “tiradas do armário”, além de relatos das violências sofridas pelas mulheres presentes. Assim, grande parte da força das ações retoma às expressões artísticas, mas de uma perspectiva decolonial;

A potência transformadora da arte como possibilidade prática de luta é o que possibilita o projeto “COLA SAPATÃO” a existir. Trata-se de um projeto de arte da ação que tem como assunto principal as lesbianidades em contextos colonizados. Nossos corpos sul americanos são específicos, carregamos identidades e desidentidades que nem sempre dialogam com as teorias lésbicas conhecidas mundialmente. O que podemos nós, sapatonas sudacas, quando nos encontramos? O que criamos juntas? (BARSOUMIAN; CASTELLO, 2018, p. 116).

Figura 4 — Exposição protestante pelo projeto “COLA SAPATÃO” da bandeira lésbica na Praça dos Girassóis



Fonte: Daniella Barsoumian.

Três meses após a semana inicial de atividades, o grupo expandiu-se em número e contava com mais sessenta mulheres lésbicas e bissexuais que semanalmente reuniam-se para promover encontros políticos e eventos culturais, como por exemplo cine debates e partidas de futebol, sendo intitulado como Brejo-TO, uma parceria com o Lesbitoca³ e ativistas autônomas (BARSOUMIAN; CASTELLO, 2018, p. 115).

Houveram, de acordo com uma das fundadoras, Karina, principalmente iniciativa de mulheres negras ao fundar o Brejo, embora as temáticas da raça não emergiram, uma vez que até mesmo a lesbianidade não adentrava aos seus discursos; ambas ocultadas pelo medo das ameaças de morte constantemente destiladas àquelas mulheres (SAPATO, 2020, 7 min). Ainda que, nos dias atuais, o grupo não esteja mais ativo em suas programações e encontra-se dissolvido, a importância da potencialização para as mulheres presentes na ocupação de lésbicas em espaços públicos mantém-se íntegra.

Dito de outro modo, o movimento de mulheres acontecendo pelo Norte é constantemente abastecido e empoderado pelo trabalho de lésbicas. A libertação e promoção de autonomia de lésbicas diz respeito a todas mulheres, da mesma forma, cada pauta pertencente a mulheres diz respeito a lésbicas. O incômodo que motivou a saída de Karina do Breja, e a levou a priorizar as atividades da CANDACES, refere-se a indissociabilidade do ser-negra e ser-lésbica, visto que “o racismo não é uma questão ‘hétero’, a maternidade e o cuidado de crianças não são questões ‘hétero’ enquanto houver no mundo uma mãe lésbica ou uma lésbica negra ou do Terceiro Mundo” (RICH, 2021, p. 120).

³ Coletivo inativo de lésbicas e mulheres bissexuais de Tocantins que foi fundado sob perspectiva feminista, antirracista, anticissexista e anticapitalista, em maio de 2014, e era sediado em Palmas.

Segundo Clarke (1988), a lésbica negra se revoltou contra sua prostituição ao amor escravista e desobedeceu aos preceitos da “fêmea heterossexual” que depende de um homem; e a rebelião fala de um lugar perigoso no patriarcado. Ao tomar uma mulher como sua amante, a mulher rechaçou uma vida de servidão implícita no modelo heterossexual e a si permite a mutualidade de uma relação lésbica (CLARKE, 1988, p. 101). É uma mulher que dialoga com a descolonização diariamente. E o olhar externo para a interseccionalidade pode se manifestar por meio do convívio e união entre mulheres negras lésbicas e suas amigas, namoradas, esposas, familiares; ou seja, sua existência expressa em micro ações que podem ser consideradas revolucionárias. Acerca disso, não há espaço que uma lésbica não possa ocupar em seu cotidiano, pois estas mulheres já encontram-se;

[...] tocando editoras, fundando revistas e sistemas de distribuição, organizando centro de tratamento de crises e casas de acolhimento para mulheres vítimas de estupro e agressão física; criando diálogos políticos; mudando o uso da nossa linguagem; tornando disponível para nós pela primeira vez uma verdadeira história lésbica e das mulheres; fazendo organizações populares e criando arte visionária. (RICH, 2021, p. 120).

Porém, é inegável que é necessário mais, muito mais. Como aponta Rich (2021, p. 122), as ações do feminismo lésbicas são pertencentes ao conceito mais radical da visão em centro em mulheres, isso porque não fala de uma meta de linguagem; fala de completa transformação. Ao adentrar no recorte por bioma no Tocantins, o Cerrado, é possível chegar ao grupo Coturno de Vênus, em Brasília, que foi um dos responsáveis pela realização do “LesboCenso”, uma pesquisa de mapeação do Distrito Federal e Entorno que conteve a participação de mais de 1.000 lésbicas para tratar de informações sobre o acesso à serviços de saúde, trabalho, renda, redes de apoio, relacionamentos e violências.

Dentre o total das respondentes acerca do eixo sobre as redes, somente 26,36%, equivalente a 4.138 participantes, marcaram a opção de que integraram algum grupo, associação, coletivo, sindicato, movimento social ou grupo de pesquisa. Em cima deste quantitativo, somente 36,31% sinalizou que as mobilizações tinham seu enfoque lésbicas. Portanto, considerando as limitações e alcance gerais da pesquisa, o acesso aos movimentos sociais, que podem sugerir também a articulação entre estas mulheres e as políticas públicas, segue sendo escasso o suficiente para que a várias lésbicas ainda não sejam efetivadas como uma rede de apoio.

A urgência para que a socialização de mulheres lésbicas seja construída ao redor de outras mulheres, a renovação de energia situada em suas próprias relações, conversa diretamente sobre o que Rich revela ao afirmar que “temos que nos lembrar que fomos

penalizadas, caluniadas e zombadas não por odiar homens, mas por amar mulheres” (2021, p. 122). À luz disso, é este mesmo amor que deve ser constantemente alimentado e expandido.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o desenvolvimento deste trabalho, foram traçados caminhos teóricos que referiam-se a heterossexualidade compulsória, a interseccionalidade exposta pelo feminismo decolonial e ao dispositivo amoroso presentes na análise da invisibilidade da história e percurso de mulheres lésbicas pelo território brasileiro. História esta que é cerceada, e a existência de lésbicas, antes dos primeiros registros que não foram censurados ou queimados, é tida como mito. Ao falar das formas de aniquilação da documentação da lesbianidade, é imprescindível relacionar este arquivamento às formas principais de manutenção do domínio de homens sobre mulheres. Isso, uma vez que a heterossexualidade é vista pela perspectiva de Rich (2021), que teoriza a norma heterossexual não como uma mera escolha ou orientação sexual, mas sim como a forma mais direta e naturalizada do acesso econômico, sexual e afetivo de homens às mulheres.

Dessa forma, trata-se de um acesso que é retido pela visão masculina como um direito. Quando negado ou ameaçado este direito, a partir do momento que mulheres centralizam suas relações e afetos em outras mulheres, assumindo uma relação lésbica, os riscos apontam para os números casos de morte brutal a lésbicas durante o passar dos anos. Adentrar a categoria do lesbocídio, que permanece invisibilizado e não pautado como uma temática de saúde pública, se traduz como necessário ao debater o cerceamento da narrativa lésbica, uma vez que a cada lésbica morta, um rosto não noticiado é apagado das ruas, do trabalho e de sua família. As formas de violência contra mulheres lésbicas são diversas, sendo normalmente acompanhadas de extremas brutalidades que partem da intenção não apenas de aniquilar, mas de humilhar e ridicularizar corpos que não se encaixam no modelo hegemônico. A interseccionalidade, ainda continuamente negada a incorporação às vertentes feministas, faz referência direta às mulheres que mais são vulneráveis a sofrerem violência ao expressarem suas existências, pois os dados apontam para um número alarmante de corpos não-feminilizados que são estirados ao chão. No que concerne às lésbicas indígenas e negras, as estáticas sofrem de uma dupla supressão, visto que são corpos desfavorecidos em detrimento de outros. A ausência de notícias e dados acerca do homicídio de lésbicas negras viabiliza a impunidade dos agressores e garante que, a medida que mais casos surgem no cotidiano de lésbicas, o medo e a insegurança continuem permeando suas vidas, fazendo-as optarem pela não-existência, pelo silêncio e o ocultamento.

Entretanto, assim como, após as mulheres mortas acusadas de sodomia na Inquisição no Brasil, houveram mulheres que permaneceram desobedientes às normas e seguiram amando e se relacionando com outras mulheres, apesar do cenário seguir hostil à lésbicas, as suas

existência ainda se fazem presentes e resistentes por diversos meios e formas; sendo, uma delas, expressa pela presença de coletivos e grupos de feministas e ativistas lésbicas espalhados pelo território nacional.

Os grupos e coletivos de resistência lésbica no Norte brasileiro são fortes especialmente em Belém, no Pará, e, apesar da diferenciação do bioma, ainda concerne em uma marca forte da região da presente pesquisa. Ao adentrar na formação e origens das coletivas Rede ALAMP e Sapato Preto Amazônica, é possível observar que a emergência da necessidade de abordar temáticas de raça e territorialidade dentro das especificidades de cada região, bioma, estado e município. O fortalecimento dos coletivos, por intermédio de debates e intervenções políticas, munidas de expressões artísticas diversas, converte-se na integração e expansão dos vínculos que gera, por consequência, uma voz maior para o acesso aos direitos integrais de mulheres lésbicas, sobretudo, de lésbicas negras.

Apesar disso, no Tocantins, há uma escassez localizada de coletivas e mobilizações sociais que articulem e conversem entre si, embora a ausência de movimentos não é sem motivos; não faltaram reprimendas e ameaças às ativistas negras que, arduamente, se exauriram em prol de temáticas contrárias à hegemonia extremamente presente no estado, expondo-se, inclusive, a riscos de vida. As forças de opressão e silenciamento estão em constante manutenção por discursos heteronormativos e de cunho religiosos, o que diz de uma urgência quanto à integração de mulheres lésbicas nos municípios do estado da presente pesquisa, pois, de acordo com Rich, “precisamos dos cérebros, das mãos e da coluna vertebral de todas as lésbicas, com todo seu amor, habilidade, coragem e raiva” (2021, p. 122). Tratam-se de manifestações que criam condições para a existência daquilo que, historicamente, é tão odiado pelo olhar dominante: o amor de mulheres por outras.

Dessarte, é reconhecido que o presente trabalho, em seu objetivo de traçar a história lésbica de maneira mais ampla, além de abordar o lesbocídio, e também os processos de resistência na criação de coletivos e grupos em um recorte regional, esbarra em inúmeras limitações, sejam por motivações subjetivas, temporais ou mesmo que tenha relação com os objetivos delimitados. Cada tópico e categoria diz respeito a temáticas que possuem múltiplas ramificações, e necessitam continuamente de aprofundamentos, assim como carecem de pesquisas que retirem as questões que toquem a lesbianidade dos lugares de apagamento e exclusão aos quais são submetidas. A escolha por delinear análises que não somente se voltem para as produções de invisibilidade, mas também a tenacidade de mulheres lésbicas em se manterem visíveis, concerne a um atravessamento subjetivo de escolha da pesquisadora. É inexorável que a posição da Psicologia frente às pautas sociais nunca deve se dar pela via da

neutralidade, da mesma forma, esta produção parte de um determinado território, determinado gênero, raça e sexualidade; marcadores que perpassam em cada processo da escrita desta monografia. Assim, as limitações mencionadas evocam a urgência de investigações que não têm fim; pelo contrário, séculos de silêncio denunciam a imprescindibilidade de sempre falar, escrever e anunciar sobre a existência lésbica.

Portanto, este trabalho constitui uma contribuição para a Psicologia enquanto área de saberes e práticas voltadas à saúde, guiando-se pelos princípios éticos fundamentais que orientam a atuação destes profissionais. Ao falar de fundamentos primordiais para o exercício de psicólogas(os), deve-se primeiramente recuperar o dever quanto a promoção de saúde e qualidade de vida de pessoas e coletividades, assim como a contribuição para a supressão de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005). Ao falar do combate a violência contra lésbicas, seja física, psicológica, moral ou uma determinada ação que possa infligir sofrimento a este grupo, é inegável que concerne a uma função da Psicologia pensar estratégias e intervenções para ratificar os riscos à longevidade e dignidade dessas mulheres. A presente pesquisa, desta forma, configura um dos passos para lançar luz em narrativas e existências que constantemente são subjugadas a apagadas, do discurso e entorno social, e aponta para a urgência da ampliação do debate sobre a vida, saúde e segurança de mulheres lésbicas.

REFERÊNCIAS

- AMENDOLA, Marcia Ferreira. Formação em Psicologia, Demandas Sociais Contemporâneas e Ética: uma Perspectiva. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 34, n. 4, p. 971-983, 2014.
- ANDRADE, Rafael Ademir Oliveira de; OLIVEIRA, Cindi Emili Maciel de; ANDRADE, Miriã Ortiz Passos de. Desvelando histórias ocultas: margens invisíveis da Amazônia e o eco das narrativas lésbicas na psicologia norte-brasileira. **Revista da Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba**, v. 2, n. 1, p. 1-15, 28 abr. 2024.
- APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo, Atlas, 2009.
- BARSOUMIAN, Daniella Soares; CASTELLO BRANCO SPADA, Ana Carolina. Cola Sapatão: estratégias lésbicas de combate e resistência através da arte. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura – REBEH**, v. 1, n. 3, 2018.
- BASTOS, L. C. Contando estórias em contextos espontâneos e institucionais – uma introdução ao estudo da narrativa. **Calidoscópio**. v. 3, n. 2. Ed. Unisinos, p. 74-87, 2005.
- BRANDÃO, Rafael. “Saindo do gueto”: ditadura, homossexualidades, repressão e resistência nas páginas do jornal Lampião da Esquina (1978-1981). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 44, n. 97, p. 1–28, set./dez. 2024.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. **Diário Oficial da União**, Brasília, 7 dez. 1940.
- BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 ago. 2006.
- BRASIL. Lei nº 14.874, de 28 de maio de 2024. Dispõe sobre a pesquisa com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 maio 2024.
- BRASIL. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 jun. 2012.
- BYRD, Rudolph P.; COLE, Johnnetta Bertsch; GUY-SHEFTALL, Beverly. **I am your sister**: collected and unpublished writings of Audre Lorde. New York: Oxford University Press, 2009.
- CAMARGO, S. V. **Traduzindo Twenty-One Love Poems de Adrienne Rich**: ambivalência rítmica como revisão da tradição. 2018. 124 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. *Mostrar painel lateral*

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

CLARKE, Cheryl. **El lesbianismo, un acto de resistencia**. En: Esta puente, mi espalda. Voces de Mujeres tercermundistas en los Estados Unidos. Moraga, Cherrie y Castillo, Ana. ISM press. San Francisco. California, 1988, Pp. 99-107.

CLARKE, Cheryl. **Vivendo como uma lésbica**. Tradução de Cecília Floresta. Rio de Janeiro: A Bolha, 2021.

COLAÇO, Rita. **Operação Sapatão** – Richetti 15 nov 1980. Memória/História MHBMLGBT. 05 abr 2009.

COMISSÃO DA VERDADE. **Ditadura e homossexualidades: iniciativas da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”**. [2014].

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília: CFP, 2005. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/documentos/confira-o-novo-codigo-de-etica-profissional-do-psicologo/>>. Acesso em: 30 nov. 2025.

CURIEL, Ochy. Construindo Metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. 384 p. ISBN 978-85-69924-78-4.

ESPÓSITO BENTO, Gabriela. **Acusado de matar jovem lésbica no Maranhão é condenado a 27 anos de prisão**. CNN Brasil, Recife, 06 nov. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/nordeste/ma/acusado-de-matar-jovem-lesbica-no-maranhao-e-condenado-a-27-anos-de-prisao/>. Acesso em: 17 nov. 2025.

FIRMINO et al. O que faz o caso Luana Barbosa tão assustador? **Le Monde Diplomatique Brasil**, 2022. Disponível em <O que faz o caso Luana Barbosa tão assustador?>. Acesso em: 15 nov. 2025.

FIRMINO, C. R.. Os dados governamentais e a violência letal contra lésbicas no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n. 1, e63222, 2020.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996. ISBN: 85-15-01359-2.

FOUCAULT, Michel. (1979). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FRYE, Marilyn. **Politics of Reality: Essays in Feminist Theory**. Crossing Press, 1983.

GIMENO, Beatriz. **Historia y análisis político del lesbianismo: la liberación de una generación**. Barcelona, 2005, Editorial Gedisa. p 33-47.

GODOY, A. S.. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20–29, maio 1995.

GONZAGA, Jamyle Maria de Sousa; NUNES, Larissa Ferreira; BENICIO, Luís Fernando de Souza; BARROS, João Paulo Pereira. Vivências de mulheres lésbicas na produção científica em psicologia: uma revisão sistemática. **Revista Feminismos**, v. 12, n. 2, 2024.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, jan./abr. 2016.

GRUDA, Mateus Pranzetti Paul. Breves considerações, comentários e ideias acerca de uma Psicologia Social Crítica. **Pesquisas e práticas psicossociais**, São João del-Rei, v. 11, n. 2, p. 514-526, dez. 2016.

JEFFREYS, Sheila. **The lesbian heresy: a feminist perspective on the lesbian sexual revolution**. North Melbourne: Spinifex Collection, 1993.

JORNAL CHANACOMCHANA. São Paulo, 1981.

LEITE, Letticia Batista Rodrigues. Amores sáficos em revista: Safo e a Ilha de Lesbos na Shimmy (RJ, 1925-1933). **Via Atlântica**, v. 24, n. 2, 2023.

LE MOS, Flávia Cristina Silveira; NOGUEIRA, Juliana; REIS JÚNIOR, Leandro Passarinho; ARRUDA, André Benassuly. Operadores analíticos da pesquisa com arquivos em Michel Foucault. **Psicologia & Sociedade**, v. 32, 2020.

LE MOS, Flavia Cristina Silveira; CARDOSO JÚNIOR, Hélio Rebello. A genealogia em Foucault: uma trajetória. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 3, p. 353–357, 2009.

LESSA, Patrícia. Visibilidade e ação lesbiana na década de 1980: uma análise a partir do Grupo de Ação Lésbico-Feminista e do Boletim Chanacomchana. **Revista Gênero**, Niterói, v. 8, n. 2, p. 187–206, 2008.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálys**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007. doi: 10.1590/S1414-49802007000300004.

LINO, Tayane Rogeria. Nas fissuras da história: o movimento lésbico no Brasil. **Revista Movimentação**, Dourados, MS, v. 6, n. 10, jan./jun. 2019, p. 1-18. ISSN 2358-9205.

LIPPARD, Lucy R. Trojan horses: activist art and power. In.: COSTA, Dóris Karoline Rocha da. **Artivismo ambientalista no Brasil: A luta pela conservação e distribuição da água nas ações do Movimento Artistas Pela Natureza coordenadas por Bené Fonteles**. 2024. Dissertação (Mestrado em Artes) – Programa de Pós-Graduação em Artes, Instituto de Ciências da Arte, Universidade Federal do Pará, Belém, 2024.

MARTINHO, Míriam. **Tributo a Rosely Roth e Livreto Dia do Orgulho das Lesbianas do Brasil**. 2012.

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. **Escritos de uma lésbica escura**: reflexões críticas sobre feminismo e política de identidade na América Latina. Tradução Caroline Marim e Susana de Castro. Coleção Pindorama. Apê'ku, 2022.

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. Historizar las disputas, indagar las fuentes: hipótesis para pensar el movimiento de lesbianas en América Latina. Atlánticas. **Revista Internacional de Estudios Feministas**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 240–259, 2016. DOI: 10.17979/arief.2016.1.1.1817.

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa; ZIROLDO, Nadia Luciene. Superando a análise fragmentada da dominação: Uma revisão feminista decolonial da perspectiva da interseccionalidade. **Revista X**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 425–446, 2022. DOI: 10.5380/rvx.v17i1.84444.

NAVARRO-SWAIN, Tânia. **O que é lesbianismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

OLIVEIRA, L. F. Quem tem medo de sapatão? Resistência lésbica à Ditadura Militar (1964-1985). **Revista Periódicus**, [S. l.], v. 1, n. 7, p. 06–19, 2017. DOI: 10.9771/peri.v1i7.21694.

PASSOS, Izabel Christina Friche. **A Análise Foucaultiana do Discurso e sua Utilização em Pesquisa Etnográfica**. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 35, e35425, 2019.

PERES, Milena Cristina Carneiro; SOARES, Suane Felipe; DIAS, Maria Clara. **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017**. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018. 116 p. ISBN 978-85-63194-85-5.

RADICALESBIANS. (2021). **A mulher que se identifica com mulheres** (Natália Corbello Trad.). Editora Luas. (Texto original publicado em 1970).

REDE ALAMP. Live de Abertura dos 10 dias de Ativismo Lésbico Amazonida com Darlah Farias [...]. Belém - PA, 19 ago. 2021. 1 vídeo. Instagram: @ativismolesbicoamazonida. Disponível em: <<https://www.instagram.com/reel/CSxjH0npj51/>>. Acesso em: 24 nov. 2025.

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica & outros ensaios**. Tradução de Natália Corbello. São Paulo: Editora A Bolha, 2021.

SALIMOS, Nícia Coelho. **Artivismo sapatão amazônida na cultura digital como dispositivo de afeto**. Orientadora: Ana Cláudia da Cruz Melo. 2024. 142 f. Dissertação (Mestrado em Artes) - Instituto de Ciências da Arte, Universidade Federal do Pará, Belém, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/16935>. Acesso em: 23 de nov. de 2025.

SAPATO PRETO AMAZÔNIDA. Sapatão Preta e o Ativismo Amazônida. Belém - PA, 28 ago. 2020. 1 vídeo. Instagram: @sapatopretoamazonida. Disponível em: <<https://www.instagram.com/reel/CEdBZmjCHJf/>>. Acesso em: 24 nov. 2025.

SOARES, Gilberta Santos; COSTA, Jussara Carneiro. **Movimento lésbico e Movimento feminista no Brasil**: recuperando encontros e desencontros. Labrys, études féministes/ estudos feministas, 2012.

SOARES, Suane Felipe. **Procura-se sapatão**: Histórias invisibilizadas do movimento lesbofeminista brasileiro. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2014.

WITTIG, Monique. **O pensamento hétero e outros ensaios**. Tradução de Máira Mendes Galvão. 1. ed. Belo Horizonte: Grupo Autêntica, 2022. 144 p. ISBN 9786559280148.

ZANELLO, Valeska. **Saúde Mental, Gênero e Dispositivos: Cultura e Processos de Subjetivação**. Curitiba: Editora Appris, 2018. ISBN 978-85-473-1028-8.